

**BRASIL TELECOM S.A.**  
**CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43**  
**NIRE 33.30029520-8**  
**COMPANHIA ABERTA**

**Ata da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, às 10h30**

(Lavrada na forma de sumário, de acordo com o art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76)

1. **Local, Data e Hora:** Aos 27 de fevereiro de 2012, às 10h30min, na sede social da Brasil Telecom S.A. ("Companhia"), à Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.
2. **Ordem do Dia:** 1) analisar, discutir e deliberar sobre a proposta de criação de ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, para fins da bonificação a ser deliberada no item 2 da Ordem do Dia, sendo (a) uma classe de ações preferenciais resgatáveis, com direito a voto, e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; e (b) uma classe de ações preferenciais resgatáveis, sem direito a voto, e prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 3% do Patrimônio Líquido por ação; 2) deliberar sobre a proposta de bonificação de ações resgatáveis de emissão da Companhia aos acionistas titulares de ações da Companhia; 3) deliberar sobre o imediato resgate das ações criadas em decorrência da bonificação constante do item 2 acima; 4) ratificar a nomeação e contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., como empresa responsável pela elaboração (i) dos laudos de avaliação, a valor contábil, dos patrimônios líquidos da Coari Participações S.A. ("Coari") e da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") a serem incorporados ao patrimônio da Companhia ("Laudos Patrimoniais"); e (ii) dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos da Coari e da Companhia, e da TNL e da Companhia, a preços de mercado, em cumprimento ao disposto no art. 264 da Lei nº 6.404/76 ("Laudos de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado"); 5) examinar, discutir e deliberar sobre os Laudos Patrimoniais, e os Laudos de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado, elaborados pela Apsis; 6) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., e seu primeiro aditivo, bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Coari pela Companhia, acompanhados dos documentos pertinentes; 7) Deliberar sobre a proposta de incorporação da Coari pela Companhia, na forma dos arts. 224 e 225, da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação Coari"); 8) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação da Incorporação da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., e seu primeiro aditivo, bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL pela Companhia, acompanhados dos documentos pertinentes; 9) Deliberar sobre a proposta de incorporação da TNL pela Companhia, na forma dos arts. 224 e 225, da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação TNL"); 10) Em decorrência da Incorporação Coari e da Incorporação TNL, autorizar o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; 11)

Deliberar sobre a proposta de alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia, para alterar sua denominação social da Companhia; e **12)** Autorizar os administradores a realizarem todos os atos necessários à efetivação das incorporações da Coari e da TNL pela BRT.

### **3. Convocação:**

**3.1** Edital de convocação publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", Parte V, nas edições dos dias 25 de janeiro de 2012, página 9; 26 de janeiro de 2012, página 4; e 27 de janeiro de 2012, página 12; e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 25 de janeiro de 2012, página B9; 26 de janeiro de 2012, página C10; e 27 de janeiro de 2012, página B7, em conformidade com o artigo 133, da Lei nº 6.404/76.

**3.2** Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela Instrução CVM nº 481/09 com relação às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram disponibilizados aos acionistas da Companhia por ocasião da publicação do Edital de Convocação, no dia 25 de janeiro de 2012.

**4. Presenças:** Presentes acionistas representando 87,78% do capital votante da Companhia e 41,79% das ações preferenciais sem direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Alex Waldemar Zornig, representante da Companhia; Sr. Luiz Paulo Cesar Silveira, representante da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., com sede na Rua São José, 90 - grupo 1.802, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.281.922/0001-70 ("Apsis"); e o Sr. Otávio Ramos Pereira representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). Presente, ainda, o Sr. Alvaro Bandeira, representante do Comitê Especial Independente da Companhia e o Sr. Allan Kardec De Mello Ferreira, representante do Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao art. 164 da Lei nº 6.404/76.

**5. Mesa:** Verificado o quorum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia pelo Diretor de Relações com Investidores Alex Waldemar Zornig, tendo assumido a presidência o Sr. Marcelo Fernandez Trindade e a secretaria dos trabalhos os Srs. Luiz Antonio de Sampaio Campos, Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Cortes e Rafael Padilha Calábria.

**6. Parecer do Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia, em Pareceres emitidos em 26 de agosto de 2011 e 18 de janeiro de 2012, opinou favoravelmente à aprovação das propostas de incorporação da Coari e da TNL pela Companhia, bem como à aprovação dos respectivos Protocolos e Justificações e documentos que embasaram essas operações societárias.

**7. Deliberações:** Por proposta do Presidente, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em

5

forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da ordem do dia da presente Assembleia e documentos correlatos. Os acionistas deliberaram ainda, por maioria, o seguinte:

**7.1.** aprovar, após posta em análise e discussão, a proposta do Conselho de Administração da Companhia para a criação de 203.423.176 ações preferenciais classe B e 386.365.817 ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, para fins da bonificação a ser deliberada no item 2 da Ordem do Dia, resgatáveis a critério da assembleia geral de acionistas da Companhia. Além dos direitos previstos no Estatuto Social da Companhia para todas as classes de ações preferenciais, as ações preferenciais classe B conferirão aos seus titulares direito de voto e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio e as ações preferências classe C conferirão aos seus titulares prioridade no recebimento de um dividendo mínimo e não cumulativo de 3% do patrimônio líquido por ação da Companhia e não conferirão direito de voto.

**7.2** aprovar, a proposta de bonificação das ações preferenciais classe B e C resgatáveis, unicamente, aos detentores de ações da Companhia, previamente às incorporações de Coari e TNL – criadas em decorrência da aprovação do item 7.1 acima – aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, respectivamente, na proporção de uma nova ação para cada ação existente, sem diluição aos antigos acionistas da Companhia.

**7.3** aprovar o imediato resgate das ações criadas em decorrência da deliberação constante do item 7.1 e 7.2 acima, pelo valor de 2,543282, por ação. Tendo em vista o resgate das ações criadas em decorrência da bonificação aprovada nos itens 7.1 e 7.2 acima, os acionistas da Companhia consignam aprovar a dispensa de alteração do Estatuto Social da Companhia.

**7.4.** ratificar a nomeação e contratação da Apsis, representada na Assembleia pelo Sr. Luiz Paulo Cesar Silveira, que se prontificou a esclarecer eventuais dúvidas dos acionistas presentes, tendo essa empresa procedido à avaliação (i) dos patrimônios líquidos da Coari e da TNL, a valor contábil, a serem incorporados ao patrimônio da Companhia; e (ii) dos patrimônios líquidos da Coari e da Companhia, e da TNL e da Companhia, a preços de mercado, em cumprimento ao disposto no art. 264 da Lei nº 6.404/76.

**7.5.** aprovar, após posto em exame e discussão, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Coari, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Companhia, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da Coari levantadas em 30 de junho de 2011 ("Data-Base"), o qual foi rubricado pelos membros da Mesa e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.

**7.6.** aprovar, após posto em exame e discussão, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Coari e da Companhia, a preços de mercado, para os fins do art. 264 da Lei nº 6.404/76, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da Coari e da Companhia, levantadas na Data-Base, o qual foi rubricado pelos membros da Mesa e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.

**7.7.** aprovar, após posto em exame e discussão, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da Coari Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., conforme aditado, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da Coari e da Companhia em 18 de janeiro de 2012, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Coari pela Companhia. O Protocolo e Justificação ora aprovado foi rubricado pelos membros da Mesa e ficará arquivado na sede da Companhia e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. Tendo em vista os demais itens da ordem do dia que preveem a incorporação da TNL pela Companhia, os acionistas da Companhia deliberam, ainda, consignar a de dispensa de alteração do Estatuto Social da Companhia, de modo que se proceda apenas uma alteração do Estatuto Social da Companhia, ao final dessa Assembleia Geral Extraordinária.

**7.8.** aprovar, a incorporação da Coari pela Companhia, com a extinção da Coari, que será sucedida a título universal pela Companhia, na forma do disposto no art. 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item 7.4 acima o qual estabeleceu a relação de substituição de 5,1149 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Coari e de 0,3904 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação preferencial de emissão da Coari e de 4,0034 ações preferenciais de emissão da Companhia para cada ação preferencial de emissão da Coari ("Incorporação da Coari").

**7.9.** aprovar, após posto em exame e discussão, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da TNL, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Companhia, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da Coari levantadas na Data-Base, o qual foi rubricado pelos membros da Mesa e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.

**7.10.** aprovar, após posto em exame e discussão, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da TNL e da Companhia, a preços de mercado, para os fins do art. 264 da Lei nº 6.404/76, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da TNL e da Companhia, levantadas na Data-Base, o qual foi rubricado pelos membros da Mesa e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.

**7.11.** aprovar, após posto em exame e discussão, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A.,



conforme aditado, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da TNL e da Companhia em 18 de janeiro de 2012, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL pela Companhia. O Protocolo e Justificação ora aprovado foi rubricado pelos membros da Mesa e ficará arquivado na sede da Companhia e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.

**7.12.** aprovar, a incorporação da TNL pela Companhia, com a extinção da TNL, que será sucedida a título universal pela Companhia, na forma do disposto no art. 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item 7.9 acima o qual estabeleceu a relação de substituição de o qual estabeleceu a relação de substituição de 2,3122 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da TNL e 0,1879 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação preferencial de emissão da TNL e 1,9262 ações preferenciais de emissão da Companhia para cada ação preferencial de emissão da TNL ("Incorporação da TNL").

**7.14** aprovar, em decorrência da bonificação de ações, da Incorporação da Coari e da Incorporação da TNL, o aumento do capital social da Companhia no valor de 3.085.408.896,73, passando a ser de R\$ 6.816.467.847,01, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias e preferenciais da Companhia emitidas em decorrência da Incorporação da Coari e da Incorporação da TNL conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos pelas demais ações ordinárias e preferenciais da Companhia, respectivamente, inclusive recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data. Em função do aumento de capital ora aprovado, aprovar a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social da companhia que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Artigo 5º** - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 6.816.467.847,01 (seis bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e um centavo), representado por 1.797.086.404 (um bilhão, setecentos e noventa e sete milhões, oitenta e seis mil, quatrocentos e quatro) ações, sendo 599.008.629 (quinhentos e noventa e nove milhões, oito mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias e 1.198.077.775 (um bilhão, cento e noventa e oito milhões, setenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."

**7.15** aprovar, a alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia para alterar sua denominação social da Companhia de Brasil Telecom S.A. para Oi S.A., passando o art. 1º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

**"Artigo 1º** - A Oi S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto e legislação aplicável."

**7.16** autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e formalização das operações ora aprovadas, incluindo a transferência das ações de emissão da Coari e da TNL para a sua titularidade, assim como aquelas referentes ao arquivamento e publicação dos atos societários e às averbações necessárias junto aos registros públicos competentes.

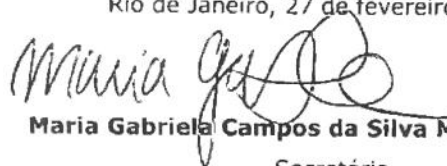
**8. Manifestações:** Foram registrados os votos contrários escritos recebidos pela mesa, que ficarão arquivados na Companhia. Adicionalmente, os seguintes votos verbais contrários manifestados por acionistas da Companhia, com relação aos itens 1 a 10 e 12 da ordem do dia: Brookfield Equity Hedge Master Fundo de Investimento de Ações, Franklin Templeton IBX Fundo de Investimento de Ações, Franklin Templeton Valor e FVL Fundo de Investimento de Ações, Fundo de Investimento Em Ações Sabesprev FT IBX e Franklin Templeton Maxi Ações Fundo de Investimento em Ações. Foram manifestadas abstenções verbalmente pelos acionistas Sra. Yuki Yokoi e Sr. Fernando Torres Baptista da Costa com relação a todos os itens da ordem do dia, e pelos acionistas Franklin Templeton IBX Fundo de Investimento de Ações, Franklin Templeton Valor e FVL Fundo de Investimento de Ações, Fundo de Investimento Em Ações Sabesprev FT IBX e Franklin Templeton Maxi Ações Fundo de Investimento em Ações, Argucia Income Fundo de Investimento em Ações Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda., Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado, Rhodes Fundo de Investimento em Ações e Fundo de Investimento Elo Ações, com relação ao item 11 da ordem do dia. A pedido do acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações, fica consignado que este acionista é um dos que apresentaram voto escrito contrário aos itens 1 a 10 e 12 da ordem do dia, abstendo-se com relação ao item 11 da ordem do dia.

**9. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada e assinada pelos acionistas que constituíram o quorum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas, tendo sido autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do art. 130, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. (a.a.) Marcelo Fernandez Trindade - Presidente; Allan Kardec De Mello Ferreira - Representante do Conselho Fiscal; Luiz Antonio de Sampaio Campos - Secretário; Rafael Padilha Calábria - Secretário; Acionistas: COARI PARTICIPAÇÕES S.A. (por Daniella Geszikter Ventura); POLO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (por Camila Mesquita); POLO NORTE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (por Camila Mesquita); VINSON FUND LLC (por Camila Mesquita); CENTRAL STATES SOUTHEAST AND SOUTHWEST AREAS PENSION FUND (por Camila Mesquita); EMPLOYEES RETIREMENT PLAN OF BROOKLYN UNION GAS (por Camila Mesquita); FIDELITY FIXED - INCOME TRUST: SPARTAN EMERGING MARKETS INDEX FUND (por Camila Mesquita); FORD MOTOR COMPANY DEFINED BENEFIT MASTER TRUST (por Camila Mesquita); FUNDO LATINO AMERICANO CIBC (por Camila Mesquita); FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS (por Camila Mesquita); JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST A (por Camila Mesquita); JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST

INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST B (por Camila Mesquita); PPL SERVICES CORPORATION MASTER TRUST (por Camila Mesquita); RETAIL EMPLOYEES SUPERANNUATION PTY LIMITED (por Camila Mesquita); SOUTHERN CA EDISON CO NUCLEAR FAC QUAL CPUC DECOM M T FOR SAN ONOFRE AND PALO VERDE NUC GEN STATION (por Camila Mesquita); TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; THE GE UK PENSION COMMON INVESTMENT FUND (por Camila Mesquita); THE PFIZER MASTER TRUST (por Camila Mesquita); THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO (por Camila Mesquita); UPS GROUP TRUST (por Camila Mesquita); VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS (por Camila Mesquita); VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS (por Camila Mesquita); PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO (por Camila Mesquita); THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST (por Camila Mesquita); THE PUBLIC EDUCATION EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF MISSOURI (por Camila Mesquita); THE PUBLIC SCHOOL RETIREMENT SYSTEM OF MISSOURI (por Camila Mesquita); BROOKFIELD EQUITY HEDGE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (Por Paulo Bruno Fonseca); TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (por Norma Parente); FRANKLIN TEMPLETON IBX FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (por Frederico Santana Sampaio); FRANKLIN TEMPLETON VALOR E FVL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (por Frederico Santana Sampaio); FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES SABESP/FT IBX (por Frederico Santana Sampaio); FRANKLIN TEMPLETON MAXI AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (por Frederico Santana Sampaio); DANIELLA GESZIKTER VENTURA; MARCELO FERNANDEZ TRINDADE; LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS; RAFAEL PADILHA CALÁBRIA)

A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.



**Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Cortes**

Secretária

Valéria G.M. Serra  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : OI SA

Nire : 33.3.0029520-8

Protocolo : 00-2012/084704-3

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

00002312277

DATA: 09/04/2012

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : OI SA  
Nire : 33.3.0029520-8  
Protocolo : 00-2012/084704-3 - 22/03/2012  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 09/04/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO

00002312277  
DATA : 09/04/2012

Valéria G.M. Serra  
SECRETARIA GERAL

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Telecom S.A., realizada em 27 de fevereiro de 2012, às 10h30min





04  
A

**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DA ATA DA 158ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2017.**

Na qualidade de secretário da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que os itens (2) e (6) da Ata da 158ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada no dia 24 de maio de 2017, às 9:30h, na Praia de Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

*"Passando ao item (2) da Ordem do Dia, os Srs. Conselheiros decidiram, por unanimidade, eleger o Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº. 6832979, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.611.886-20, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, para ocupar o cargo de Diretor, sem designação específica, da Companhia, em complementação de mandato, em conformidade com o aprovado no item 1 da Ata de Reunião deste Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2016. O Diretor eleito neste ato firmou o respectivo Termo de Posse e Investidura e declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer o cargo para o qual foi indicado. (...)."*

*"Passando ao item (6) da Ordem do Dia, tendo em vista o disposto no artigo 32, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, foi apresentada a proposta de manutenção, em 2017, das Alçadas da Diretoria aprovadas em 18 de setembro de 2015 e ratificadas em 18 de maio de 2016, com pequenos ajustes na redação dos incisos III e V do artigo 1º da Matriz de Alçadas, conforme material previamente encaminhado aos Conselheiros. Os Conselheiros aprovaram a proposta por unanimidade, com ajustes adicionais no inciso VII, que deverá ser desmembrado com relação aos atos gratuitos em favor de empregados e em favor da comunidade, estabelecendo-se para a alçada da Diretoria, porém, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por exercício social como limite único para os dois casos. A nova versão da Matriz de Alçadas refletindo as alterações ora aprovadas integra a presente ata como seu anexo."*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020171833392 - 29/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 7CED82E7AD802C8FBE6A3469B483EF05E8B56CBF8F08094598591F7CD301466F

Arquivamento: 00003047639 - 30/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





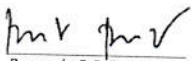
05  
x



Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: José Mauro M. Carneiro da Cunha, Thomas Reichenheim, João do Passo Vicente Ribeiro, André Cardoso de M. Navarro, João Manuel Pisco de Castro, Luís Maria Viana Palha da Silva, Marcos Duarte Santos, Ricardo Reisen de Pinho, Demian Fiocca, Hélio Calixto da Costa e José Manuel Melo da Silva (suplente).

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2017.

  
José Augusto da Gama Figueira  
Secretário

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020171833392 - 29/05/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 7CED82E7AD802C8FBE6A3469B483EF05E8B56CBF8F08094598591F7CD301466F  
Arquivamento: 00003047639 - 30/05/2017

06  
1**MATRIZ DE ALÇADAS****Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2015, 18 de maio de 2016 e 24 de maio de 2017, com base na Lei e nas disposições dos arts. 32 e 39 do Estatuto Social da Companhia, resolveu, para os devidos fins de direito, aprovar a seguinte Matriz de Alçadas, aplicável à Companhia e a todas suas sociedades controladas (em conjunto, "Sociedades"):

**Art. 1º.** Além das atribuições previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto em seu art. 32, Parágrafo 1º, bem como o previsto no art. 39, compete à Diretoria da Companhia, como órgão colegiado:

I. Aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por operação, observado o disposto no parágrafo 4º abaixo, exceto nos casos de aquisição de novas subsidiárias, em que a competência da aprovação será sempre do Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido;

II. Autorizar a aquisição e a alienação, pela Companhia ou suas controladas, de bens para ou do ativo permanente, conforme o caso, no valor individual de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e a oneração, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), de bens integrantes do respectivo ativo permanente;

II.a. Especificamente no que se refere à constituição de consórcio para execução de determinado empreendimento, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de consórcio, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando o respectivo contrato de consórcio for celebrado com parceiros (empresas que não sejam sociedades controladoras, controladas ou coligadas à Companhia);

III. Autorizar contratações em geral, incluindo celebração de aditivos, acordos ou convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos, no curso ordinário dos negócios da Companhia e de suas controladas, cujo valor individual ou cumulativo represente responsabilidade por parte da Companhia de até R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);

IV. Autorizar a prestação de garantias em geral pela Companhia ou suas controladas, em favor de terceiros, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por transação;

V. Deliberar sobre a renúncia de direitos e transações (art. 840 e seguintes do Código Civil) de qualquer natureza, pela Companhia ou suas controladas, que isolada ou cumulativamente represente o valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

VI. Deliberar sobre a realização das seguintes operações, pela Companhia ou suas controladas: (i) contratação de empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas controladas cujo valor seja de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (ii) arrendamentos mercantis de valor limitado a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (iii) emissão de notas promissórias no valor individual ou cumulativo com a mesma contraparte de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020171833392 - 29/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 7CED82E7AD802C8FBE6A3469B483EF05E8B56CBF8F08094598591F7CD301466F

Arquivamento: 00003047639 - 30/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





VII. Autorizar a prática, pela Companhia ou suas controladas, de atos gratuitos em benefício (i) de seus empregados e/ou (ii) da comunidade, no valor conjunto de até R\$ 3 milhões por exercício social, observada a Política de Doação da Companhia, devendo-se destacar em cada caso aprovado se a parte beneficiada se enquadra no (i) ou (ii) deste inciso VII.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VIII deste artigo, em se tratando de mais de uma operação com o mesmo objeto, deverá ser considerado o valor global de tais operações para fins de aplicação das alçadas da Diretoria.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VIII deste artigo, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), aplica-se o disposto no Art. 38 do Estatuto Social, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria. Nos casos em que o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será sempre exigível deliberação colegiada da Diretoria.

§ 3º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VIII deste artigo, a aprovação competirá à Diretoria, não sendo necessária a aprovação pelo Conselho de Administração sempre que se tratar de ato ou contrato *intercompany* ou ato ou contrato com valor previsto em orçamento ou, ainda, em caso de investimentos em CAPEX para projetos plurianuais cujo valor de contratação para os anos seguintes não supere a média de investimento dos últimos 3 anos, ainda que superior aos limites de alçadas estabelecidos neste artigo. Uma operação será considerada *intercompany* sempre que envolver única e exclusivamente a Companhia e/ou suas controladas, diretas ou indiretas.

§ 4º Cabe à Diretoria ainda, por deliberação colegiada, estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria nos termos deste artigo, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

**Art. 2º** Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre atos, contratos, transações ou operações de qualquer natureza que excedam os limites fixados nesta Matriz de Alçadas para a Diretoria.

**Art. 3º** Trimestralmente, a Diretoria deverá elaborar relatório, para conhecimento do Conselho de Administração, acerca dos investimentos e desinvestimentos orçados superiores a R\$30milhões, realizados no período pela Companhia.



4

**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DOS ITENS (1), (2) E (3) DA ATA DA 143ª REUNIÃO DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2016**

Na qualidade de secretário da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que os itens (1), (2) e (3) da Ata da 143ª Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada em 12 de setembro de 2016, às 11:00hs, através de conferência telefônica, possuem a seguinte redação:

*“Com relação ao item único da Ordem do Dia foram discutidos e/ou deliberados os seguintes pontos: (1) Foi registrado o recebimento de carta de renúncia do Diretor de Finanças e de Relações com Investidores Sr. Flávio Nicolay Guimarães nesta data. (2) Foi registrado o recebimento de carta de renúncia do Sr. Ricardo Malavazi Martins ao cargo de conselheiro titular nesta data, permanecendo a posição vaga até posterior deliberação, dada a inexistência de suplente. (3) Em continuidade às discussões havidas na reunião do Conselho de Administração realizada dia 09/09/2016, e conforme recomendação do Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração reunido extraordinariamente em 07/09/2016 por solicitação do Conselho de Administração, foi aprovada, por maioria, registrado o voto divergente dos Conselheiros Srs. Ricardo Reisen de Pinho e Marcos Duarte Santos, para o cargo de **Diretor de Finanças e de Relações com Investidores**, a eleição do Sr. **RICARDO MALAVAZI MARTINS**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 9.139.269-X, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.620.858-41, com endereço na Rua Lord Cockrane, 820, ap. 134, bloco 2, Ipiranga, São Paulo, SP, CEP 04213-002, em complementação de mandato, em conformidade com o disposto na Reunião deste Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2016, que deliberou a eleição da atual Diretoria. O Diretor eleito neste ato firma o respectivo Termo de Posse e Investidura, na presente data, e declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi indicado. Ficarão arquivadas na*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020163645221 - 03/10/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 04/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: E9533C00803D668632F2E540D626459574D1C5C2FFA2EEC9949B7A2774CA6610

Arquivamento: 00002956743 - 04/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4948210




5

*Secretaria do Conselho as manifestações enviadas por escrito pelos conselheiros a respeito do tema. O Conselheiro Sr. Rafael Mora registrou o seu apoio às manifestações apresentadas pelos Conselheiros Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha e Luís Palha da Silva.”*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: José Mauro M. Carneiro da Cunha, Thomas Reichenheim, Rafael Luís Mora Funes, André Cardoso de M. Navarro, Pedro Z. Gubert Morais Leitão, João Manuel Pisco de Castro e Luís Maria Viana Palha da Silva, Marcos Duarte Santos e Ricardo Reisen de Pinho.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2016.

  
**José Augusto da Gama Figueira**  
Secretário

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020163645221 - 03/10/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 04/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: E9533C00803D668632F2E540D626459574D1C5C2FFA2EEC9949B7A2774CA6610

Arquivamento: 00002956743 - 04/10/2016



c6

Oi S.A.  
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o  
§ 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76)

1. **Data, hora e local:** Ao 1º dia do mês de setembro de 2015, às 11:00hs., na sede da Oi S.A. ("Companhia"), à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. **Ordem do Dia:** (1) ratificar a nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. ("Apsis"), como empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Telemar Participações S.A. ("TmarPart") a ser incorporado ao patrimônio da Companhia ("Laudo Patrimonial"), e do laudo de avaliação dos patrimônios líquidos da Companhia e da TmarPart, a preços de mercado, para fins do art. 264 da Lei nº 6.404/76 ("Laudo de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado"); (2) examinar, discutir e deliberar sobre o Laudo Patrimonial e Laudo de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado elaborados pela Apsis; (3) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da Telemar Participações S.A. pela Oi S.A. ("Protocolo de Incorporação"), bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TmarPart pela Companhia, acompanhado dos documentos pertinentes; (4) deliberar sobre a proposta de incorporação da TmarPart pela Companhia; (5) deliberar sobre a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, para antecipar a adoção pela Companhia de práticas elevadas de governança corporativa, bem como a dispersão do direito de voto, em linha com os compromissos de governança assumidos com o mercado; (6) deliberar sobre a proposta e a abertura do prazo para conversão de ações pelos detentores de ações preferenciais, bem como sobre os termos e condições da conversão; (7) autorizar o Conselho de Administração a verificar o implemento da condição para a conversão e autorizar a efetiva conversão das ações preferenciais na BM&F Bovespa e no Banco do Brasil, caso a condição tenha sido verificada; (8) deliberar sobre a eleição de novos membros efetivos e suplentes para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (9) autorizar os administradores a realizarem todos os atos necessários à efetivação das matérias postas para deliberação; e (10) deliberar sobre a proposta de ajuste no art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração aprovada na

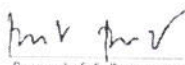


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/02/2015, através da capitalização do saldo da reserva de investimentos, sem emissão de novas ações.

3. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nas edições dos dias 31/07/2015, página 6; 03/08/2015, página 10; e 04/08/2015, página 7; e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, nas edições dos dias 31/07/2015, página B8; 1, 2 e 3/08/2015, página B11; e 04/08/2015, página B4, em conformidade com o artigo 124, caput e §1º, da Lei n.º 6.404/76.

3.1. Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e pelas normas da CVM aplicáveis com relação às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram disponibilizados aos acionistas da Companhia, por meio do Sistema IPE da CVM, por ocasião da publicação do Edital de Convocação.

4. **Presenças:** Presentes acionistas representando pelo menos 82,04% do capital social com direito a voto e 78,78% das ações preferenciais sem direito a voto, totalizando 79,85% do capital social da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Flavio Nicolay Guimarães, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia; Sr. Marco Norci Schroeder, Diretor da Companhia; Sr. Eurico de Jesus Teles Neto, Diretor da Companhia; e Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes, Diretora Jurídica Societária e procuradora da Companhia, bem como o Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira, membro do Conselho Fiscal da Companhia, e os Srs. Luiz Paulo Cesar Silveira e Antonio Luiz Feijó Nicolau, representantes da Apsis, que se colocaram à disposição dos acionistas da Companhia para esclarecimentos e informações a respeito das matérias objeto da Assembleia.

5. **Mesa:** Verificado o quorum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo assumido a presidência o Sr. Luiz Antonio de Sampaio Campos, procurador investido de poderes específicos, e a secretaria dos trabalhos a Sra. Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes e o Sr. Rafael Padilha Calábria.

6. **Deliberações:** O Presidente da Mesa iniciou os trabalhos da Assembleia esclarecendo que a Assembleia foi convocada com o fim de deliberar sobre as operações que integram a estrutura objeto de Fato Relevante divulgado em 31 de março de 2015, que pretende permitir antecipar os principais objetivos da operação de união de bases acionárias da Companhia, da TmarPart e da Pharol, SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS S.A. "Pharol"), divulgada em 20.02.2014, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015



Futuros ("BM&FBovespa"), a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado.

6.1. Por proposta do Presidente da Mesa, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos.

6.2. por acionistas representando 88,89% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi ratificada a nomeação e contratação da Apsis como empresa responsável pela elaboração do Laudo Patrimonial e do Laudo de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado.

6.3. por acionistas representando 88,89% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foram aprovados, sem reservas ou ressalvas, o Laudo Patrimonial e o Laudo de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado, previamente elaborados pela Apsis com base nos balanços da TmarPart e da Companhia, levantados na data-base de 31.12.2014, que apuraram o valor do patrimônio líquido contábil da TmarPart em R\$ 485.253.783,09 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e nove centavos), e uma relação de substituição de 0,00977223 ação de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da TmarPart, exclusivamente para fins do art. 264 da Lei Nº 6.404/76; os quais foram rubricados pelos membros da Mesa e arquivados na sede da Companhia, e cujas cópias, igualmente rubricadas, ficam fazendo parte integrante da presente Ata (Anexo I).

6.4. por acionistas representando 88,89% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foram aprovados, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da Telemar Participações S.A. pela Oi S.A., bem como de seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da Tmarpart e da Companhia, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TmarPart pela Companhia, inclusive que cada ação de emissão da TmarPart será substituída por 0,00197105 nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia, e por 0,0022510538 nova ação preferencial, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia, observado que os acionistas da TmarPart receberão ações de emissão da Companhia na proporção de suas participações no capital social da TmarPart, correspondentes à quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Companhia detidas pela TmarPart imediatamente antes da Incorporação. A Incorporação não causará diluição da participação acionária dos demais acionistas da Oi. O Protocolo de Incorporação foi rubricado pelos membros da Mesa e arquivado na sede da Companhia, e a cópia, igualmente rubricada, fica fazendo parte integrante da presente Ata (Anexo II). an  
1

6.5. por acionistas representando 88,89% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi aprovada, a incorporação da TmarPart pela Companhia, com a versão da integralidade do patrimônio da TmarPart para a Companhia, que sucederá aquela a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, sem solução de continuidade, de modo que a TmarPart será extinta, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., observados os termos e condições estabelecidas no Protocolo de Incorporação aprovado no item 6.4 anterior ("Incorporação"). Ficou consignado que a Incorporação está inserida no conjunto de operações que visam à simplificação da estrutura de capital da Companhia ("Simplificação Societária"), e que, em decorrência da Incorporação, o acervo líquido da TmarPart, que é positivo em R\$ 122.411.986,41 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), já considerando as incorporações que foram realizadas na Simplificação Societária, será incorporado ao patrimônio da Companhia, sem alteração no número de ações emitidas pela Companhia e sem diluição da participação acionária dos demais acionistas da Companhia.

6.6. por acionistas representando 86,13% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi aprovada, a reforma do Estatuto Social da Companhia, para antecipar a adoção pela Companhia de práticas elevadas de governança corporativa, bem como a dispersão do direito de voto, em linha com os compromissos de governança assumidos com o mercado. Em decorrência das alterações do Estatuto Social aprovadas, o Estatuto Social da Companhia passará a ter a redação constante do Anexo III da presente Ata.

6.7. por acionistas representando 89,81% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi aprovada, a abertura de prazo para conversão voluntária de ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias (ou seja, a critério do acionista titular de ações preferenciais), obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Companhia, já anteriormente publicada para a incorporação das ações da Companhia pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Companhia na Oferta Pública realizada em 28.04.2014. A conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia estará sujeita a um percentual mínimo de adesão de acionistas titulares de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais ex-tesouraria, equivalente a 313.444.094 ações preferenciais de emissão da Companhia ("Condição de Conversão"), adesão a ser



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

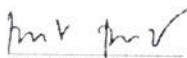
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



manifestada no prazo de 30 (trinta) dias após esta Assembleia ("Período de Conversão" e "Conversão Voluntária de PNs"). Os procedimentos detalhados necessários à Conversão Voluntária de PNs, inclusive as medidas a serem adotadas pelos acionistas para solicitar a conversão de suas respectivas ações preferenciais, serão divulgados na forma de Aviso aos Acionistas a ser publicado após esta Assembleia.

6.8. por acionistas representando 89,81% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi autorizado, que o Conselho de Administração da Companhia (a) verifique, após o Período de Conversão, o implemento da Condição de Conversão; e (b) autorize a efetiva conversão das ações preferenciais na BM&FBovespa e no Banco do Brasil, caso a Condição de Conversão tenha sido verificada, hipótese na qual o Conselho de Administração convocará nova Assembleia Geral Extraordinária para homologar a alteração da composição do capital social da Companhia em razão da Conversão Voluntária de PNs.

6.9. por acionistas representando 88,05% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral que aprovará as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017: (1) como efetivo, o Sr. **José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 02549734-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 299.637.297-20, com endereço comercial na Praia de Botafogo, 300, 11.º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, que exercerá o cargo de Presidente do Conselho de Administração, na forma do art. 24 do Estatuto Social ora aprovado, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Fernando Marques dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 3.645.421, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o n.º 280.333.617-00, com endereço comercial na Avenida República do Chile, n.º 100, 21.º andar, Centro-RJ, CEP: 20.031-917; (2) como efetivo, o Sr. **Sergio Franklin Quintella**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 9751D, expedida pelo CREA, inscrita no CPF sob o n.º 003.212.497-04, com endereço comercial na Praia de Botafogo, n.º 190, 12.º andar, CEP: 22.250-900, Rio de Janeiro - RJ, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Rubens Mário Alberto Wachholz**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º 03919, expedida pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, inscrito no CPF sob o n.º 024.833.867-68, com endereço comercial na rua Barão de Itambi, 60, 9.º andar, Botafogo, Rio de Janeiro; (3) como efetivo, o Sr. **Luiz Antonio do Souto Gonçalves**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 200191769-4, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o n.º 528.345.737-00, com endereço comercial na Av. República do Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro -RJ, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Joaquim Dias de Castro**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade n.º 6043680138 SJS-RS, inscrito do CPF/MF sob o n.º

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



11

909.933.140-15, com endereço comercial na Av. República do Chile, 100, 13º andar, Rio de Janeiro – RJ; (4) como efetivo, o Sr. **Ricardo Malavazi Martins**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 9.139.269-X, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.620.858-41, com endereço comercial na Rua Cubatão, 86, 403, São Paulo – SP, CEP 03120-010, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Cristiano Yazbek Pereira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 24.798.030-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 267.577.938-57, com endereço comercial na Rua Angelina Maffei Vita, nº 200, 10º andar, Jardim Paulistano, São Paulo – SP, CEP: 01489-900; (5) como efetivo, o Sr. **Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº 3.781.320-1, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 199.437.768-20, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, 164, 8 andar, Cjs E/F, Itam Bibi, São Paulo – SP, CEP 04536-000, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Sergio Bernstein**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.850.726-7, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 007.296.208-91, com endereço comercial na Rua Angelina Maffei Vita, nº 200, 9º andar, São Paulo- SP, CEP: 01455-070; (6) como efetivo, o Sr. **Rafael Luís Mora Funes**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade estrangeira RNE nº V688348-Q, válido até 07/07/2020, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.678.448-37, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 11.633 – 8º andar São Paulo CEP: 04578-000, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **João do Passo Vicente Ribeiro**, português, casado, economista, portador do passaporte português nº M738468, com endereço comercial na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17, piso 7, CEP 1070-313, Lisboa; (7) como efetivo, o Sr. **Francisco Ravara Cary**, português, casado, gestor de empresas, portador do passaporte nº M375773, expedido em Lisboa, inscrito no CPF sob o nº 054.653.167-99, com endereço comercial na Av. da Liberdade, 195, 15, 1250-142, Lisboa, Portugal, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **João Manuel Pisco de Castro**, português, casado, administrador, portador do passaporte português nº N473969, com endereço comercial na Av. Almirante Cago Coutinho, 78, 1700,031 Lisboa; (8) como efetivo, o Sr. **Luís Maria Viana Palha da Silva**, português, casado, economista, portador do passaporte nº N226885, inscrito no CPF sob o nº 073.725.141-77, com endereço comercial na Av. Borges de Medeiros, 633, sala 606, Leblon, CEP 22430-041, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Jorge Telmo Maria Freire Cardoso**, português, casado, economista, portador do passaporte português nº M678275, inscrito no CPF sob o nº 234.297.938-07, com endereço comercial na Avenida da Liberdade, 195, 15 piso, 1250-142, Lisboa; (9) como efetivo, o Sr. **André Navarro**, português, casado, gestor, portador da carteira de identidade 03827279-5, expedida pela DGPC/DPI/Instituto de Identificação Félix Pacheco, inscrito no CPF sob o nº 772568597/91, com endereço comercial na Avenida Professor Dr. Cavaco Silva, Tagus Park, Edifício 2, Piso I, Ala B, Cep: 2740-256, Porto Salvo, Portugal. e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Nuno Rocha dos Santos de**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

12

**Almeida e Vasconcellos**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº 56218184-2, expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 226.340.868-14, com endereço comercial na Av Nações Unidas, 11633, 8 andar, Brooklin, São Paulo -SP, CEP 04578-901; (10) como efetivo, a Sra. **Robin Anne Bienenstock**, inglesa, divorciada, economista, portadora do passaporte britânico nº 517276570, com endereço comercial na 19th, 555 Madison Ave, NYC, NY, USA 10022, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Marcos Grodetzky**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 3.474.360, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 425.552.057-72, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4440/10o. Andar - São Paulo - SP; (11) como efetivo, o Sr. **Marten Pieters**, holandês, casado, portador do passaporte nº BRD1096J6, com endereço comercial na 42 Old CourtHouse, 9 - 17 Old Court House Place, Kensington, London W8 4PD, e, como seu respectivo suplente, o Sr. **Pedro Zañartu Gubert Moraes Leitão**, português, casado, gestor de empresas, portador do passaporte M655076, com endereço comercial no Terminal de Graneis Líquidos, Lote B, Porto de Aveiro, 3834-908, Gafanha da Nazaré, Portugal. Foi declarado durante as votações que nenhum dos eleitos incorre em impedimentos ou restrições legais para investidura no cargo. Os Srs. Robin Bienenstock, Martin Pieters, Marcos Grodetzky e Pedro Zañartu Gubert Moraes Leitão, eleitos para compor o novo Conselho de Administração da Companhia, caracterizam-se como Conselheiros Independentes nos termos da definição de Conselheiro Independente prevista pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, adotada pelo novo Estatuto Social da Companhia.

6.10. por acionistas representando 89,81% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi autorizada, a prática pelos administradores da Companhia de todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação, da Conversão Voluntária de PNs e das demais matérias ora aprovadas.

6.11. por acionistas representando 88,83% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, foi aprovada a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de refletir a alteração no capital social da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 25/02/2015. Em decorrência dessas alterações e das alterações aprovadas no item 6.6, o Estatuto Social da Companhia passará a ter a redação constante do Anexo III da presente Ata.

7. **Votos Contrários e Abstenções:** Foram registrados votos contrários e abstenções por, dentre outros, acionistas detentores de ADSs representativos de ações ordinárias, representados na Assembleia pelo The Bank of New York Mellon. A acionista MCR - Principal Fundo de Investimento em Ações se absteve nas matérias (i), (ii), (iii), (iv), (viii) e (x) da Ordem do Dia.

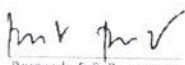


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



13

8. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quorum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. Ass.: Luiz Antonio de Sampaio Campos – Presidente da Mesa; Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes – Secretária da Mesa; Rafael Padilha Calábria – Secretário da Mesa; Flavio Nicolay Guimarães – Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia; Acionistas: TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A. (p.p. Luciene Sherique Antaki); PHAROL, SGPS, S.A. (p.p. Pedro Guimaraes e Melo de Oliveira Guterres); THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT (p.p. Ralph Figueiredo de Azevedo); BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR (p.p. Vinicius Machado Silva); FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS (p.p. Maria Antonieta Cortezzi Lutz); BTG PACTUAL MULTI AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; COMSHELL BTG PACTUAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES BELLS; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO MODERADO RONCADOR; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO UNIPREV III; MBPREV I MULTIMERCADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; CARAVELAS FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (p.p. Felipe Andreu Silva); ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; ADVANCED SERIES TRUST - AST PRUDENTIAL GROWTH ALLOCATION PORTFOLIO; ALASKA PERMANENT FUND; ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST - ALLIANCEBERNSTEIN INTERNATIONAL ALL-COUNTRY PASSIVE SERIES; ARIZONA PSPRS TRUST; AT&T UNION WELFARE BENEFIT TRUST; BELL SOUTH CORPORATION RFA VEBE TRUST; BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND; BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY, N.A.; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD; CASEY FAMILY PROGRAMS; CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION; DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF; DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST; DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS - DREYFUS STRATEGIC BETA EMERGING MARKETS EQUITY FUND; (p.p. Talita Car Vidotto); EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND; EATON VANCE TRUST COMPANY COMMON TRUST FUND - PARAMETRIC STRUCTURED EMERGING MARKETS EQUITY COMMON TRUST FUND; EGSHARES BRAZIL INFRASTRUCTURE ETF; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND; EMERGING MARKETS EQUITY TRUST 4; EMERGING MARKETS EX-

*MS*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

*mv mv*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

3

2

CONTROVERSIAL WEAPONS EQUITY INDEX FUND B; EMERGING  
MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS INDEX  
NON-LENDABLE FUND B; EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY  
INDEX FUND; EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF  
HAWAII; EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA BOARD OF  
PENSIONS; FIDELITY SALEM STREET TRUST; FIDELITY SERIES GLOBAL EX  
U.S. INDEX FUND; FIDELITY SALEM STREET TRUST; SPARTAN EMERGING  
MARKETS INDEX FUND; FIDELITY SALEM STREET TRUST; SPARTAN  
GLOBAL EX U.S. INDEX FUND; FIRST TRUST BRAZIL ALPHADEX FUND;  
FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADEX FUND;  
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; GMAM GROUP PENSION TRUST II;  
GMAM INVESTMENT FUND TRUST; GMO EMERGING MARKETS EQUITY  
FUND, A SUB FUND OF GMO FUNDS PLC; GMO TRUST ON BEHALF OF GMO  
EMERGING COUNTRIES FUND; HEWLETT-PACKARD COMPANY MASTER  
TRUST; HP INVEST COMMON CONTRACTUAL FUND; IBM 401 (K) PLUS  
PLAN; ILLINOIS STATE BOARD OF INVESTMENT; ISHARES MSCI ACWI EX  
U.S. ETF; ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF; ISHARES MSCI BRIC ETF;  
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF; JAPAN TRUSTEE SERVICES  
BANK, LTD. RE: STB DAIWA EMERGING EQUITY FUNDAMENTAL INDEX  
MOTHER FUND; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. SMTB EMERGING  
EQUITY MOTHER FUND; JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY  
ALLOCATION FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST  
INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST B; JOHN HANCOCK VARIABLE  
INSURANCE TRUST UTILITIES TRUST; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE  
(PENSIONS MANAGEMENT) LTD.; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE  
SOCIETY LIMITED; LVIP BLACKROCK EMERGING MARKETS RPM FUND;  
MAINSTAY VP MFS UTILITIES PORTFOLIO; MANAGED PENSION FUNDS  
LIMITED; MELLON BANK N.A. EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE  
INVESTMENT FUND PLAN; MFS VARIABLE INSURANCE TRUST - MFS  
UTILITIES SERIES; NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND;  
NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF LEGAL AND  
GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; NATIONAL  
WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF THE LEGAL & GENERAL  
INTERNATIONAL INDEX TRUST; NAV CANADA PENSION PLAN; NEW  
ZEALAND SUPERANNUATION FUND; NORGES BANK; NORTHERN  
EMERGING MARKETS EQUITY FUND; NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL  
COUNTRY WORLD INDEX (ACWI) EX-US FUND-LENDING; NORTHERN  
TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LENDING;  
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC; NTGI - QM COMMON DAILY  
ALL COUNTRY WORLD EX-US EQUITY INDEX FUND-LENDING; NTGI - QM  
COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET

MD

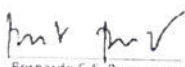
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



INDEX FUND-LENDING; NTGI - QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY FUND-LENDING; NTGI - QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND-NON LENDING; NZAM EM8 EQUITY PASSIVE FUND; ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN BOARD; POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO; POWERSHARES S&P EMERGING MARKETS HIGH BETA PORTFOLIO; PRUDENTIAL RETIREMENT INSURANCE AND ANNUITY COMPANY; PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO; PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD; PYRAMIS GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, L.P.; QS BATTERYMARCH EMERGING MARKETS FUND; RETAIL EMPLOYEES SUPERANNUATION PTY LIMITED; SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF; SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND; SOUTHERN CALIFORNIA EDISON CO NUCLEAR FAC QUAL CPUC DECOMMITMENT FOR SAN ONOFE AND PALO VERDE NUC GEN STATIONS; SPDR MSCI ACWI EX-US ETF; SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND; STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS; STICHTING PGGM DEPOSITARY; TD EMERALD HEDGED ALL COUNTRY WORLD INDEX EQUITY POOLED FUND TRUST; TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; THE BANK OF KOREA; THE FIRST CHURCH OF CHRIST, SCIENTIST, IN BOSTON MASSACHUSETTS; THE GENERAL MOTORS CANADIAN HOURLY-RATE EMPLOYEES PENSION PLAN; THE GENERAL MOTORS CANADIAN RETIREMENT PROGRAM FOR SALARIED EMPLOYEES; THE GMO EMERGING MARKETS FUND; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INT. EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER; THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; THE ROCKEFELLER FOUNDATION; THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND; THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; THE TIFF KEYSTONE FUND, L.P.; TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND; TIFF MULTI-ASSET FUND; UPS GROUP TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY LONG/SHORT FUND LIMITED; NEON LIBERTY EMERGING MARKETS FUND



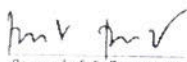
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



16  
LP; NEON LIBERTY LORIKEET MASTER FUND LP; NLCF FUND LP; BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME; BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND; FIDELITY INVESTMENT FUNDS - FIDELITY INDEX EMERGING MARKETS FUND; JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; MFS UTILITIES FUND; NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND; STATE OF NEW MEXICO STATE INVESTMENT COUNCIL; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045835; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045796; VANGUARD INVESTMENT SERIES, PLC; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS; POLO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINSON FUND LLC.; POLO NORTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; POLO AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; (p.p. Talita Car Vidotto); MCR - PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; (p.p. Marcelo Cheyne Rocha); CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI.; (p.p. Vinicius Nascimento Neves); BRATEL BRASIL S.A. (p.p. Fernanda Cirne Montorfano Gibson); VALVERDE PARTICIPAÇÕES S.A. (p.p. Luciene Sherique Antaki); LF TEL S.A. (p.p. Alexandre Jereissati Legey).

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2015.

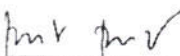
  
**Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes**  
Secretária

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994840

**OI S.A.**

CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

**Estatuto Social**

**CAPÍTULO I**  
**REGIME JURÍDICO**

**Art. 1º** - A Oi S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto e legislação aplicável.

**Parágrafo 1º** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 1").

**Parágrafo 2º** - A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

**Parágrafo 3º** - Os termos iniciados em letra maiúscula, quando não definidos no corpo deste Estatuto Social, terão o significado que lhes são atribuídos no Regulamento do Nível 1.

**Art. 2º** - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias, ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

**Parágrafo Único** - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I - participar do capital de outras empresas;
- II - constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



IV - prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;

V - efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;

VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e

VII - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

**Art. 3º** - A Companhia tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, observado o disposto no Artigo 39, criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia.

**Art. 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL**

**Art. 5º** - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 21.438.374.154,00 (vinte e um bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais), representado por 858.472.010 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e duas mil e dez) ações, sendo 286.155.319 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentas e dezenove) ações ordinárias e 572.316.691 (quinhentos e setenta e dois milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentas e noventa e uma) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - É vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias e de novas ações preferenciais.

**Parágrafo 2º** - As ações preferenciais poderão ser convertidas em ações ordinárias, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 3º** - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 4º** - Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme disposto no Artigo 35, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





2994842

262  
1

**Art. 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias, até que o valor do seu capital social alcance R\$34.038.701.741,49, observado que a Companhia não poderá mais emitir ações preferenciais em aumentos de capital por subscrição pública ou particular.

**Parágrafo Único** - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- i. deliberar sobre a emissão do bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; e
- ii. de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados da Companhia ou sociedade sob seu controle e/ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência à subscrição dessas ações.

**Art. 7º** - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, o capital da Companhia poderá ser aumentado mediante capitalização de lucros ou de reservas.

**Parágrafo Único** - A capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações de emissão da Companhia.

**Art. 8º** - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

**Art. 9º** - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, pode ser excluído ou reduzido o prazo para o exercício do direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

**Art. 10** - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos Artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, "*pro rata temporis*" e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

### CAPÍTULO III

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

## AÇÕES



2994843

**Art. 11** - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

**Art. 12** - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - As ações ordinárias asseguram aos seus titulares o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante, nos termos do Art. 41 deste Estatuto.

**Art. 13** - As ações preferenciais não têm direito de voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.

**Parágrafo 1º** - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto, mediante votação em separado, nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, nos casos específicos de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica.

**Parágrafo 2º** - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, a título de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, e cujos valores não poderão exceder os seguintes percentuais da receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações e do Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, líquida de impostos e contribuições: (i) 1% (um por cento) ao ano, até 31 de dezembro de 2000; (ii) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano, de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2002; e (iii) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2003.

**Parágrafo 3º** - As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus nos termos deste artigo.

## CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

26h  
1



2994844

**Art. 14** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da lei ou deste Estatuto.

**Art. 15** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

**Art. 16** - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Na ausência ou impedimento do Presidente, a Assembleia Geral será instalada por qualquer Conselheiro presente, escolhido pela Assembléia. Na hipótese de ausência e/ou impedimento de quaisquer dos Conselheiros, observada a mecânica prevista neste Artigo, compete à Assembleia eleger o presidente da mesa e a este o respectivo secretário.

**Art. 17** - Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, no qual constarão seus nomes e as quantidades de ações de que forem titulares.

**Parágrafo 1º** - A assinatura da lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** - Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

**Art. 18** - Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- (i) Até 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia Geral todos os acionistas deverão enviar à Companhia, no endereço indicado no Edital de Convocação, comprovante ou extrato expedidos pela instituição escrituradora pelo responsável pela custódia contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente nos 3 (três) dias úteis antes da assembleia geral; e (i) quando Pessoa Jurídica, cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral; ou (ii) quando Pessoa Física, cópias autenticadas do documento de identidade e número de contribuinte do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento, cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





1268

- em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente
- (ii) os documentos referidos no item anterior poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item acima deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral.

**Art. 19** - As deliberações da Assembleia, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos presentes e representados, não se computando os votos em branco.

**Art. 20** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

**Parágrafo 1º** - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidência e protestos.

**Parágrafo 2º** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**Art. 21** - Além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete privativamente à Assembleia Geral:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal;
- (ii) fixar a remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal;
- (iii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob seu controle direto ou indireto e/ou a pessoas físicas que prestem serviços à Companhia;
- (iv) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (v) autorizar os administradores a confessar falência, a requerer recuperação judicial ou a propor recuperação judicial;
- (vi) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do segmento especial de listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

266

(vii) escolher a instituição ou a empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia, nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

**CAPÍTULO V**  
**ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Seção I**  
**Normas Gerais**

**Art. 22** - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Parágrafo 1º** - A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura do termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do Regulamento do Nível 1 e do Termo de Adesão ao Código de Ética e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 2º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Seção II**  
**Conselho de Administração**

**Art. 23** - O Conselho de Administração é composto por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, cada suplente vinculado a um membro efetivo, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e observado o disposto no Artigo 69 deste Estatuto.

**Parágrafo 1º** - Somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração da Companhia, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares, (i) não ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas controladas no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração e/ou fiscal; e (ii) não tenham interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas.

**Parágrafo 2º** - Os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, por

*[Assinatura]*



2994846

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

267

votação em separado, um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente.



2994847

**Parágrafo 3º** - A alteração do disposto no Parágrafo 2º deste artigo dependerá de aprovação, em separado, dos titulares das ações preferenciais.

**Parágrafo 4º** - Os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos após o término do mandato até a posse de seus substitutos.

**Art. 24** - O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição dos Conselheiros.

**Parágrafo 1º** - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as reuniões do Conselho de Administração e providenciar a convocação das Assembleias Gerais, quando aprovado pelo Conselho.

**Parágrafo 2º** - Em caso de vacância permanente do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o novo presidente será indicado pelo Conselho de Administração dentre seus membros, em reunião especialmente convocada para este fim.

**Art. 25** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido abaixo, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 1º** - Para fins deste Estatuto, adotar-se-á a definição de Conselheiro Independente prevista pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, segundo a qual "Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1268

oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).



2994848

**Parágrafo 2º** – Quando em decorrência da observância do percentual referido no *caput* deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Art. 26** – Ressalvado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

**Parágrafo 1º** - Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração deverá, até a ou na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, divulgar proposta da administração com a indicação dos integrantes da chapa proposta e disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 3º** - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

**Parágrafo 4º** - Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 25 acima.

M20

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

269  
1



2994849

**Parágrafo 5º** - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 6º** - Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

**Art. 27.** Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, observados os requisitos previstos em lei e na regulamentação da CVM.

**Parágrafo 1º** - A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, à CVM e à BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

**Parágrafo 2º** - Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 26, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 26 deste Estatuto.

**Parágrafo 4º** - Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

**Parágrafo 5º** - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

**Parágrafo 6º** - Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994850

270  
↓

**Parágrafo 7º** - Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas minoritários detentores de ações ordinárias poderão, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, requerer que a eleição de um membro do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicáveis a tal eleição as regras previstas no Artigo 26 acima.

**Art. 28** - Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.

**Art. 29** - O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado pelo seu Presidente no primeiro mês de cada exercício social, o qual preverá, no mínimo, reuniões mensais, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo 1º** - A convocação das reuniões do Conselho de Administração deverá ser realizada por escrito, por meio de carta, telegrama, fax e/ou e-mail, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião e a ordem do dia.

**Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, sendo que, independente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** - Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo.

**Parágrafo 4º** - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Conselheiros serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

**Art. 30** - A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015



271



2994851

**Parágrafo Único** – O membro do Conselho de Administração não poderá participar das deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, devendo (i) cientificar os demais membros do Conselho de Administração acerca de seu impedimento; e (ii) fazer consignar, na ata da respectiva reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

**Art. 31** – Ressalvado o disposto no Artigo 24, Parágrafo 2º acima, os membros do Conselho de Administração serão substituídos em caso de ausência ou impedimento temporário pelo respectivo suplente.

**Parágrafo Único** - Observado o disposto no Artigo 24, Parágrafo 2º acima, na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, seu respectivo suplente deverá assumir o cargo. Caso o suplente não o assuma, observar-se-á o disposto no Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 27 deste Estatuto.

**Art. 32** – Além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas e acompanhar sua execução;
- ii. convocar a Assembleia Geral;
- iii. aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas controladas, e as metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente;
- iv. aprovar a política de remuneração dos administradores e empregados da Companhia, definindo as metas a serem alcançadas em programas de remuneração variável, observada a legislação aplicável;
- v. manifestar-se e submeter à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da diretoria;
- vi. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- vii. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- viii. escolher e destituir os auditores independentes;
- ix. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- x. estabelecer a localização da sede da Companhia;
- xi. submeter à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- xii. aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015



2994852

272  
1

- Xiii. autorizar a emissão de ações pela Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
- Xiv. aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades que excederem a alçada da Diretoria, assim como autorizar associações e celebração de acordos de acionistas pela Companhia e suas controladas;
- Xv. aprovar empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou das sociedades controladas, cujo valor seja superior à alçada da Diretoria;
- Xvi. aprovar a emissão e cancelamento de debêntures simples, bem como a emissão de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures não conversíveis da Companhia e de suas controladas;
- Xvii. autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente, prestar garantias em geral, celebrar contratos de qualquer natureza, renunciar a direitos e transações de qualquer natureza da Companhia e de suas controladas, em valores que representem responsabilidade igual ou superior à alçada da Diretoria;
- Xviii. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia e de suas controladas em favor de terceiros em valor superior à alçada da Diretoria;
- Xix. aprovar contribuições extraordinárias para os fundos de previdência complementar patrocinados pelas sociedades controladas pela Companhia;
- XX. manifestar-se favoravelmente ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão de Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital de oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo, (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- XXi. definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994853

273  
1

registro de companhia aberta ou para saída do Nível 1 de Governança Corporativa;

XXii. tendo em vista o compromisso da Companhia e das sociedades controladas com o desenvolvimento sustentável, autorizar a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, em valor superior à alçada da Diretoria;

XXiii. indicar os representantes dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados pelas sociedades controladas pela Companhia;

XXiv. aprovar a proposta da Diretoria com relação ao Regimento da Diretoria Estatutária com a competência e atribuições dos Diretores Estatutários da Companhia;

XXv. aprovar os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento à Administração da Companhia e de suas controladas;

XXvi. dentro do limite do capital autorizado, autorizar a outorga de opção de compra de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;

XXvii. distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a remuneração fixada pela Assembleia Geral;

XXviii. fazer cumprir com que a Companhia, durante o prazo de concessão e sua prorrogação, obrigue-se a assegurar a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento do Contrato de Concessão do STFC, do Termo de Autorização para Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, do Termo de Autorização para Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.

**Parágrafo 1º** - Em cada exercício social, na primeira reunião que suceder à realização da Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá aprovar as alçadas da Diretoria da Companhia e suas controladas, segundo as atribuições previstas neste Artigo.

**Parágrafo 2º** - É vedado à Companhia conceder empréstimos ou garantias de qualquer espécie para os acionistas que integrem o bloco de controle, a controladores destes ou sociedades sob o controle comum, ou, ainda, a sociedades por eles direta ou indiretamente controladas.

**Art. 33** - O Conselho de Administração poderá criar Comitês de Assessoramento à administração da Companhia, designando os seus respectivos membros, que poderão ser membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015



2994854

274  
1

**Parágrafo 1º** – Sem prejuízo de outros Comitês de Assessoramento a serem criados pelo Conselho de Administração, a Companhia terá obrigatoriamente um Comitê de Remuneração, cujos objetivos e competências serão definidos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** – Não poderão ser indicados como membros de qualquer Comitê empregados ou Diretores da Companhia.

**Art. 34** - A Auditoria Interna da Companhia será subordinada ao Conselho de Administração.

### **Seção III**

#### **Diretoria**

**Art. 35** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Jurídico, e os demais serão Diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente ou não com outras funções.

**Parágrafo 2º** - O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e observado o disposto no Artigo 70 deste Estatuto. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo 3º** - A Diretoria atuará como órgão de deliberação colegiada, ressalvadas as atribuições individuais de cada um de seus integrantes, nos termos deste Estatuto.

**Art. 36** - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Reunião de Diretoria, bem como a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

**Parágrafo 1º** - Compete ao Diretor Presidente:

I - submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas aprovadas em Reuniões da Diretoria, quando for o caso;

II - manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento dos negócios sociais;

III - orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;

IV - submeter ao Conselho de Administração proposta do Regimento da Diretoria

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015





2994855

275  
1  
Estatutária da Companhia com a competência e atribuições dos Diretores Estatutários da Companhia;

V – exercer o voto de qualidade nas Reuniões de Diretoria; e

VI – exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** - Nas ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente, este será substituído por qualquer Diretor por ele designado.

**Parágrafo 4º** - Observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 39, nos casos de ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente e do Diretor por ele designado, a Presidência será exercida por outro Diretor designado pelo Diretor ausente ou impedido que estiver, na forma do *caput* deste Artigo, exercendo as funções do Diretor Presidente.

**Parágrafo 5º** - Os demais membros da Diretoria serão substituídos, nas suas ausências e impedimentos temporários, por um outro Diretor indicado pela Diretoria. O Diretor que estiver substituindo outro Diretor ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto do Diretor ausente.

**Parágrafo 6º** - Os Diretores poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Diretores possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

**Art. 37** – Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Jurídico, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito da eleição para o cargo vago, as funções relativas ao cargo vago serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria.

**Art. 38** - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia: (i) a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii) a assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou (iii) a assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos. As citações e notificações judiciais ou extrajudiciais serão feitas na pessoa do Diretor indicado pelo Conselho de Administração ou procurador constituído na forma deste Artigo.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994856

276  
1

**Parágrafo 1º** - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- I - recebimento e quitação de valores devidos à e pela Companhia;
- II - emissão, negociação, endosso e desconto de duplicatas relativas às suas vendas;
- III - assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;
- IV - representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- V - representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; e
- VI - prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

**Parágrafo 2º** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia, que serão assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção daqueles com os poderes das cláusulas *ad judicium* e/ou *ad judicium et extra* e/ou poderes para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, que terão prazo máximo de validade indeterminado.

**Art. 39** - Compete à Diretoria, como órgão colegiado:

- i. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- ii. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, para aprovação do Conselho de Administração;
- iii. examinar as propostas de controladas da Companhia relativas a desenvolvimento de mercado, plano de investimentos e orçamento, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração;
- iv. aprovar a agenda de propostas da Companhia e das controladas para negociação com o Órgão Regulador;
- v. apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de destinação do resultado, submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração;
- vi. nomear os membros da administração das sociedades controladas da Companhia;
- vii. Fixar a orientação de voto nas Assembleia Gerais das sociedades controladas e participadas;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994857

- 277  
1
- Viii. criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia;
  - ix. deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração; e
  - X. aprovar a prática de atos conforme alçada da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Caberá ao Diretor Presidente convocar, de ofício, ou a pedido de 2 (dois) ou mais Diretores, e presidir, as reuniões da Diretoria.

**Parágrafo 2º** - A reunião da Diretoria instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo 3º** - Na ausência do Diretor Presidente, caberá ao Diretor indicado nos termos do Artigo 36, parágrafos 3º e 4º, deste Estatuto, presidir a reunião de Diretoria, observado que o Diretor Presidente substituto não terá voto de qualidade.

## **CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL**

**Art. 40** - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

**Art. 41** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei, com as atribuições, competências e remuneração previstas em lei.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser independentes, devendo para tal fim atender os seguintes requisitos: (i) não ser ou ter sido nos últimos três anos empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum (ii) não receber nenhuma remuneração direta ou indiretamente da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum, exceto a remuneração como membro do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 2º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Adesão ao Código de Ética e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994858

278  
1

**Parágrafo 4º** - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

**Art. 42** - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva instalação.

**Art. 43** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente e, extraordinariamente, quando necessário, lavrando-se as atas dessas reuniões em livro próprio.

**Parágrafo 1º** - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) de seus membros em conjunto.

**Parágrafo 2º** - A reunião do Conselho Fiscal instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade.

**Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar de reunião do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

**Art. 44** - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em caso de impedimento temporário ou vacância, pelo respectivo suplente.

**Art. 45** - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, no exercício anual.

**Parágrafo Único** - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto.

**Art. 46** - Serão aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas disposições previstas no Parágrafo 2º do Artigo 26 deste Estatuto.

## **CAPÍTULO VII OFERTAS PÚBLICAS**

### **Seção I**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



279  
1

## Alienação de Controle



2994859

**Art. 47** - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e neste Estatuto, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

**Parágrafo Único** - Para fins deste Estatuto, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

"Acionista Controlador Alienante" - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

"Ações de Controle" - significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"Ações em Circulação" - significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"Adquirente" - significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

"Alienação de Controle da Companhia" - significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Grupo de Acionistas" - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

"Poder de Controle" - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



280  
1

Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Valor Econômico" - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

**Art. 48** - A oferta pública de aquisição de que trata o Artigo 47 acima será efetivada ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

**Art. 49** - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 47 acima;
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação ordinária eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações ordinárias da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e
- (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subseqüentes à aquisição do Controle.

**Art. 50** - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 1.

**Art. 51** - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

281  
1



2994861

tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 1.

**Parágrafo Único** – Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto.

**Art. 52** – Na oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

## Seção II

### Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída de Mercados

**Art. 53** – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 1 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações ordinárias pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 54, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º** – A notícia da realização da oferta pública mencionada nos Artigos 47 e 53 acima, deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou aprovado referida reorganização.

**Parágrafo 2º** – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações ordinárias referida caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 1 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Nível 2 de governança corporativa (“Nível 2”) ou no Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994862

282  
1

**Art. 54** – Os laudos de avaliação referidos neste Capítulo deverão ser elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Artigo.

**Parágrafo 1º.** A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação ordinária um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

**Parágrafo 2º.** Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

**Art 55** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 1 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 53 acima, ressalvado o disposto no Parágrafo 2º do referido Artigo 53.

**Parágrafo 1º.** A referida Assembleia Geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na Assembleia Geral, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Parágrafo 2º.** Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



283



2994863

**Art. 56.** A saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 1 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 54 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º.** O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste Artigo.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de não haver Acionista Controlador e ocorrendo a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 1 por deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 1 de Governança Corporativa referida no *caput* ocorrer por ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar uma Assembleia Geral na forma do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, destinada a tomar as decisões necessárias cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Nível 1 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa.

**Parágrafo 4º.** Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa, a referida Assembleia Geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, os quais, presentes na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Art. 57** - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Art. 58** - A Companhia, na hipótese de oferta pública voluntária para aquisição de ações, ou os acionistas, nas hipóteses em que estes forem responsáveis pela efetivação de oferta pública de aquisição de ações prevista neste Estatuto Social ou na regulamentação emitida pela CVM, poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se exime da obrigação de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

284  
1



2994864

efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

## **CAPÍTULO VIII**

### **EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Art. 59** - O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, devendo a Diretoria, ao final de cada exercício elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

**Art. 60** - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste estatuto e na lei.

**Parágrafo Único** - Dos lucros líquidos ajustados, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no Artigo 62 abaixo.

**Art. 61** - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o valor pago às preferenciais; o saldo será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

**Art. 62** - Após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;
- c) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para a constituição da Reserva para Reforço Patrimonial, com a finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



288  
1

d) o saldo remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - O saldo da Reserva para Reforço Patrimonial, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

**Art. 63** - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.

**Parágrafo 1º** - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o *caput* serão pagos nas épocas e na forma indicadas pela Diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data de início do pagamento.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a deliberar sobre a matéria de que trata o *caput* do presente Artigo.

**Art. 64** - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode, observadas as limitações legais:

(i) levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, declarar dividendos; e

(ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Art. 65** - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais e conforme as determinações da Lei das Sociedades por Ações, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.

**Parágrafo Único** - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, atribuir aos trabalhadores participação nos lucros ou resultados da empresa, na forma da Lei n.º 10.101/2000.

## **CAPÍTULO IX**

### **LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5

Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2994866

296  
1

**Art. 66** - A Companhia dissolve-se, entrando em liquidação, nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, que determinará o modo de liquidação e elegerá o liquidante e o conselho fiscal para o período da liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

**Art. 67** - Os órgãos sociais da Companhia tomarão, dentro de suas atribuições, todas as providências necessárias para evitar que a Companhia fique impedida, por violação do disposto no Artigo 68 da Lei nº 9.472/97, e sua regulamentação, de explorar, direta ou indiretamente, concessões ou licenças de serviços de telecomunicações.

#### **CAPÍTULO X** **JUÍZO ARBITRAL**

**Art. 68** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Árbitro de Apoio, na forma do item 5.1 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

#### **CAPÍTULO X** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 69** - Excepcionalmente, os membros do Conselho de Administração eleitos na data de aprovação deste Estatuto Social pela Assembleia Geral da Companhia terão mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A partir de tal Assembleia, o mandato dos membros do Conselho de Administração, ainda que reeleitos, será aquele estabelecido no Artigo 23 deste Estatuto.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015





2994867

287  
|

**Art. 70** - Excepcionalmente, os membros da Diretoria eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração realizada após a data da aprovação deste Estatuto Social, pela Assembleia Geral da Companhia, terão mandato unificado até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A partir de tal Reunião, o mandato dos membros da Diretoria, ainda que reeleitos, será aquele estabelecido no Artigo 35, Parágrafo 2º deste Estatuto.

**Parágrafo Único** - Até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o quorum para a destituição de membros da Diretoria será de maioria dos membros do Conselho de Administração.

**Art. 71** - A reforma do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral realizada em [=] tem por objetivo antecipar a adoção pela Oi de práticas elevadas de governança corporativa, bem como a dispersão do direito de voto, em linha com os compromissos de governança assumidos com o mercado, sendo certo que a Oi continuará perseguindo a migração de sua base acionária ao segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, sempre observada a conveniência e o interesse social.

**Art. 72** - Terão o seu direito de voto limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto da Companhia, qualquer acionista da Companhia ou grupo de acionistas representando um mesmo interesse ou vinculados por acordo de voto que detenham ou venha a deter a qualquer tempo, individualmente ou em conjunto, participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto da Companhia, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

**Parágrafo 1º** - A restrição de voto prevista no caput deste artigo será considerada extinta e deixará, imediata e irrevogavelmente, de operar qualquer efeito com relação ao exercício do direito de voto por qualquer acionista da Companhia, em qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) caso, como resultado de uma ou mais operações de aumento do seu capital social, seja ele público ou privado, ou de uma operação de reorganização societária, ocorra uma diluição na base acionária existente na data de aprovação do presente Estatuto Social superior a 50% (cinquenta por cento), ou seja, quando o número de novas ações emitidas em aumentos de capital por subscrição privada ou pública seja igual ou superior ao número de ações emitidas na presente data (ajustado por eventuais desdobramentos, grupamentos ou eventos similares);

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015



- 288
- (ii) caso, como resultado de uma oferta pública que tenha por objetivo a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação e em que o ofertante adquira, pelo menos, 20% das ações em circulação, o respectivo ofertante ou grupo de acionistas representando um mesmo interesse ou vinculados por acordo de voto ao ofertante, passe a deter, individualmente ou em conjunto, participação superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto da Companhia; ou
- (iii) caso, a qualquer momento, nenhum acionista da Companhia ou grupo de acionistas representando um mesmo interesse ou vinculados por acordo de voto, detenha, individualmente ou em conjunto, participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Ocorrendo qualquer das hipóteses do Parágrafo 1º, a administração fará divulgar Fato Relevante informando da extinção da limitação prevista neste artigo 72.

**Parágrafo 3º** - A restrição prevista no *caput* não se aplica ao custodiante de ações depositadas para o efeito de emissão de certificados ou depósitos representativos dessas ações, mas se aplica ao detentor de certificados ou depósitos representativos de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 4º** - Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem o limite fixado neste Artigo.

**Parágrafo 5º** - Para efeitos do cálculo dos percentuais previstos no *caput* deste Artigo, consideram-se como pertencendo ao acionista as ações detidas por (a) terceiros em nome próprio, mas por conta do acionista; (b) sociedade controladora, controlada, coligada, ou sob controle comum do acionista; (c) titulares do direito de voto com os quais o acionista tenha celebrado acordo para o seu exercício; ou (d) membros dos órgãos de administração e de fiscalização do acionista.

**Art. 73** - A conversão de ações preferenciais em ações ordinárias aprovada em Assembleia Geral realizada na mesma data de aprovação do presente Estatuto Social será efetuada à razão de 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Companhia.

\*\*\*\*\*

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020153239379 - 11/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 69A14C42EC4BAC442E80F00C1A58D0FC6146EE186B99CA12CE07E6A80206A3D5  
Arquivamento: 00002822076 - 05/10/2015

Oi S.A.  
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DOS ITENS (4) E (11) E ENCERRAMENTO DA ATA DA 92ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.**

Na qualidade de secretário da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que os **itens (4) e (11)** da Ordem do Dia e o **encerramento** da Ata da 92ª Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. realizada em 18 de setembro de 2015, às 9hs, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, possuem as seguintes redações:

*"Passando ao **item (4)** da Ordem do Dia, a Sra. Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes apresentou a proposta de adequação da Matriz de Alçadas da Companhia ("Matriz") aos novos termos do Estatuto Social da Companhia, aprovados na Assembleia Geral do dia 01/09/2015. Os Conselheiros aprovaram a Matriz por unanimidade, com as seguintes alterações: (i) esclarecimento de que diferentes operações com o mesmo objeto devem ser consideradas globalmente para fins de aplicação da alçada da Diretoria; e (ii) a aquisição de subsidiárias é da competência do Conselho, independentemente do valor da operação."*

*"Passando ao **item (11)** da Ordem do Dia, foi registrado o recebimento, em 18 de setembro de 2015, das cartas de renúncia dos Srs. João Manuel Pisco de Castro e Jorge Telmo Maria Freire Cardoso aos cargos de membros suplentes dos Srs. Francisco Ravara Cary e Luís Maria Viana Palha da Silva, respectivamente, no Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do artigo 31, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 150 da Lei das Sociedades Anônimas, foram nomeados, em complementação de mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017: (i) o Sr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso, português, casado, economista, portador do passaporte português nº M678275, inscrito no CPF sob o nº 234.297.938-07, com endereço comercial na Avenida da Liberdade, 195, 15º piso, 1250-142, Lisboa, para o cargo de membro suplente do Sr. Francisco Ravara Cary; e (ii) o Sr. João Manuel Pisco de Castro, português, casado, administrador, portador do passaporte português nº N473969, com endereço comercial na Av. Almirante Gago Coutinho, 78, 1700,031 Lisboa, para o cargo de membro suplente do Sr. Luís Maria Viana Palha da Silva. Os Conselheiros suplentes eleitos declararam não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foram indicados, e prestaram a declaração de que trata o §4º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76."*

**"VII. ENCERRAMENTO:** Finalmente, ficou registrado que, nos termos das Resoluções emitidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 1.023/2002 de 28/10/2002 e nº 1.050/2003 de 19/05/2003, os membros do Conselho de Administração da Companhia ligados à referida instituição, Srs. Luiz Antonio do Souto Gonçalves (membro titular), Fernando Marques dos Santos (membro suplente) e Joaquim Dias de Castro (membro suplente), eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/09/2015 não receberão remuneração pelo exercício da função de conselheiro. (...)."

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: José Mauro M. Carneiro da Cunha; Sergio Franklin Quintella; Luiz Antonio do Souto Gonçalves; Ricardo Malavazi Martins; Thomas Reichenheim; Rafael Luís Mora Funes; Francisco Ravara Cary; Luís Maria Viana Palha da Silva; André Cardoso de Menezes Navarro; Robin Bienenstock; e Marten Pieters.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2015.

**José Augusto da Gama Figueira**  
Secretário

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA


Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153467452 - 29/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9A93378BE391394B69A554CDB58D68BCEC8D3E775E8B5004E2F11E64597D3111

Arquivamento: 00002820616 - 30/09/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

**ANEXO AO EXTRATO DOS ITENS (4) E (11) E ENCERRAMENTO DA ATA DA 92ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.**

r f



2938030

**MATRIZ DE ALÇADAS**

**Oi S.A.**

O Conselho de Administração da Oi S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 18 de setembro de 2015, com base na Lei e nas disposições dos arts. 32 e 39 do Estatuto Social da Companhia, resolveu, para os devidos fins de direito, aprovar a seguinte Matriz de Alçadas, aplicável à Companhia e a todas suas sociedades controladas (em conjunto, "Sociedades"):

**Art. 1º.** Além das atribuições previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto em seu art. 32, Parágrafo 1º, bem como o previsto no art. 39, compete à Diretoria da Companhia, como órgão colegiado:

I. Aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por operação, observado o disposto no parágrafo 4º abaixo, exceto nos casos de aquisição de novas subsidiárias, em que a competência da aprovação será sempre do Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido;

II. Autorizar a aquisição e a alienação, pela Companhia ou suas controladas, de bens para ou do ativo permanente, conforme o caso, no valor individual de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e a oneração, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), de bens integrantes do respectivo ativo permanente;

II.a. Especificamente no que se refere à constituição de consórcio para execução de determinado empreendimento, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de consórcio, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando o respectivo contrato de consórcio for celebrado com parceiros (empresas que não sejam sociedades controladoras, controladas ou coligadas à Companhia);

III. Autorizar a contratação de serviços, ou ainda celebração de contratos em geral, aditivos, acordos ou convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos, no curso ordinário dos negócios da Companhia e suas controladas, cujo valor individual ou cumulativo represente responsabilidade de até R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);

IV. Autorizar a prestação de garantias em geral pela Companhia ou suas controladas, em favor de terceiros, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por transação;

V. Deliberar sobre a renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, pela Companhia ou suas controladas, que isolada ou cumulativamente represente o valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

VI. Deliberar sobre a realização das seguintes operações, pela Companhia ou suas controladas: (i) contratação de empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas controladas cujo valor seja de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (ii) arrendamentos mercantis de valor limitado a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (iii) emissão de notas promissórias no valor individual ou cumulativo com a mesma contraparte de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153467452 - 29/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9A93378BE391394B69A554CDB58D68BCEC8D3E775E8B5004E2F11E64597D3111

Arquivamento: 00002820616 - 30/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

6f

VII. Autorizar a prática, pela Companhia ou suas controladas, de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, no valor de até R\$ 3 milhões, observada a Política de Doação da Companhia;

§ 1º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, em se tratando de mais de uma operação com o mesmo objeto, deverá ser considerado o valor global de tais operações para fins de aplicação das alçadas da Diretoria.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), aplica-se o disposto no Art. 38 do Estatuto Social, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria. Nos casos em que o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será sempre exigível deliberação colegiada da Diretoria.

§ 3º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, a aprovação competirá à Diretoria, não sendo necessária a aprovação pelo Conselho de Administração sempre que se tratar de ato ou contrato *intercompany* ou ato ou contrato com valor previsto em orçamento ou, ainda, em caso de investimentos em CAPEX para projetos plurianuais cujo valor de contratação para os anos seguintes não supere a média de investimento dos últimos 3 anos, ainda que superior aos limites de alçadas estabelecidos neste artigo. Uma operação será considerada *intercompany* sempre que envolver única e exclusivamente a Companhia e/ou suas controladas, diretas ou indiretas.

§ 4º Cabe à Diretoria ainda, por deliberação colegiada, estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria nos termos deste artigo, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

**Art. 2º** Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre atos, contratos, transações ou operações de qualquer natureza que excedam os limites fixados nesta Matriz de Alçadas para a Diretoria.

**Art. 3º** Trimestralmente, a Diretoria deverá elaborar relatório, para conhecimento do Conselho de Administração, acerca dos investimentos e desinvestimentos orçados superiores a R\$30milhões, realizados no período pela Companhia.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020153467452 - 29/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9A93378BE391394B69A554CDB58D68BCEC8D3E775E8B5004E2F11E64597D3111

Arquivamento: 00002820616 - 30/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral







3221159

(4)  
*[Handwritten signature]*

Oi S.A.  
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o  
§ 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76)

1. **Data, hora e local:** Aos 13 dias do mês de novembro de 2015, às 14:00hs, na sede da Oi S.A. ("Companhia"), à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
2. **Ordem do Dia:** (1) Alteração da redação do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir mudança na composição do capital social; (2) Eleição de membros suplentes para compor o Conselho de Administração da Companhia, em complementação de mandato.
3. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nas edições dos dias 14/10/2015, página 4; 15/10/2015, página 6; e 16/10/2015, página 6; e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, nas edições dos dias 14/10/2015, página C3; 15/10/2015, página B5; e 16/10/2015, página B6, em conformidade com o artigo 124, *caput* e §1º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A.").
- 3.1. Todos os documentos exigidos pela Lei das S.A. e pelas normas da CVM aplicáveis com relação às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram disponibilizados aos acionistas da Companhia, por meio do Sistema IPE da CVM, por ocasião da publicação do Edital de Convocação.
4. **Presenças:** Presentes acionistas representando aproximadamente 78,58% do capital social com direito a voto e 26,27% das ações preferenciais sem direito a voto, totalizando cerca de 66,51% do capital social da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Jason Santos Inácio, Diretor da Companhia, e a Sra. Maria Gabriela Campos da Silva Menezes, Diretora Jurídica Societária e procuradora da Companhia, bem como o Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino, membro do Conselho Fiscal da Companhia, que se colocaram à disposição dos acionistas da Companhia para esclarecimentos e informações a respeito das matérias objeto da Assembleia.

*[Handwritten signature]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020154108537 - 18/11/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/11/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: D3DE4BC16A72778B56C6F54DC3BC687669403CCE43F97F46951F59BBB9D2FAAE

Arquivamento: 00002839514 - 19/11/2015

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

5



3221160

5. **Mesa:** Verificado o quorum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo sido eleito para a presidência o Sr. Rafael Padilha Calábria, que indicou como secretária dos trabalhos a Sra. Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes.

6. **Deliberações:** Por proposta do Presidente da Mesa, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. e do art. 20 do Estatuto Social. Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos. O Presidente da Mesa informou aos acionistas presentes, ainda, que não serão computados na Assembleia os votos correspondentes às ações detidas pelas acionistas Bratel B.V. e Pharol SGPS S.A., consideradas em conjunto, que excedam o limite de 15% do capital social com direito a voto, nos termos do art. 72 do Estatuto Social da Companhia.

6.1. por acionistas representando mais que 99,9% dos votos válidos, registrados as abstenções e os votos contrários, bem como observado o disposto no art. 72 do Estatuto Social, foi aprovada a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de refletir a alteração na composição do capital social da Companhia, como resultado da conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/09/2015 e homologada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 08/10/2015. Em decorrência da alteração aprovada, o *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia passará a ter a seguinte redação, a qual foi previamente submetida ao conhecimento dos acionistas por conta da convocação desta Assembleia: *"Art. 5º - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$21.438.374.154,00 (vinte e um bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais), representado por 825.760.902 (oitocentos e vinte e cinco milhões, setecentas e sessenta mil, novecentas e duas) ações, sendo 668.033.661 (seiscentos e sessenta e oito milhões, trinta e três mil, seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 157.727.241 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentas e vinte e sete mil, duzentas e quarenta e uma) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."*

6.2. por acionistas representando mais que 99,9% dos votos válidos, registrados as abstenções e os votos contrários, bem como observado o disposto no art. 72 do Estatuto Social, foram aprovadas, nos termos da Proposta da Administração e na forma do art. 150 da Lei das S.A., as seguintes nomeações feitas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18/09/2015, em razão da vacância de cargos de membros suplentes do Conselho de Administração, elegendo, em complementação de mandato, até a

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA

Nire: 33300295208

Protocolo: 0020154108537 - 18/11/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/11/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: D3DE4BC16A72778B56C6F54DC3BC687669403CCE43F97F46951F59BBB9D2FAAE

Arquivamento: 00002839514 - 19/11/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

(6)  




3221161

Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o Sr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso para a suplência do Sr. Francisco Ravara Cary, e o Sr. João Manuel Pisco de Castro para a suplência do Sr. Luís Maria Viana Palha da Silva, ficando assim homologadas as nomeações feitas pelo Conselho de Administração.

**7. Votos Contrários e Abstenções:** Foram registrados votos contrários e abstenções por acionistas detentores de ADSs representativos de ações ordinárias, representados na Assembleia pelo The Bank of New York Mellon. Registrada, ainda, a abstenção da acionista Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS com relação ao item 2 da Ordem do Dia.

**8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quorum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. Ass.: Rafael Padilha Calábria – Presidente da Mesa; Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes – Secretária da Mesa; Acionistas: THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT (p.p. Ralph Figueiredo de Azevedo); PHAROL, SGPS, S.A., BRATEL B.V. (p.p. Fernanda Cirne Montorfano); CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI (p.p. Marcos Paulo Félix da Silva); JEREISSATI TELECOM S.A., ANDRADE GUTIERREZ S.A. (p.p. Luciene Sherique Antaki); BNDES PARTICIPACOES S.A. – BNDESPAR (p.p. Anna Paula Bottrel Souza); NEON LIBERTY EMERGING MARKETS FUND LP, NEON LIBERTY LORIKEET MASTER FUND LP, NLCF FUND LP, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS, FIDELITY SALEM STREET TRUST: SPARTAN EMERGING MARKETS INDEX FUND, GMO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, A SUB FUND OF GMO FUNDS PLC, GMO TRUST ON BEHALF OF GMO EMERGING COUNTRIES FUND, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA EMERGING EQUITY FUNDAMENTAL INDEX MOTHER FUND, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND, THE GMO EMERGING MARKETS FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE (PENSIONS MANAGEMENT) LTD., LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, STICHTING PGGM DEPOSITARY, NORGES BANK, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MDPIM



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA


Nire: 33300295208

Protocolo: 0020154108537 - 18/11/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/11/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: D3DE4BC16A72778B56C6F54DC3BC687669403CCE43F97F46951F59BBB9D2FAAE

Arquivamento: 00002839514 - 19/11/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



3221162

67

EMERGING MARKETS EQUITY POOL, RETAIL EMPLOYEES SUPERANNUATION PTY LIMITED, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF, STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE, THE TIFF KEYSTONE FUND, L.P., TIFF MULTI-ASSET FUND, THE ROCKEFELLER FOUNDATION, UPS GROUP TRUST, POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO, NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF LEGAL AND GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF THE LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS (p.p. Marina Karina Perugini); MARIA GABRIELA CAMPOS DA SILVA MENEZES CÔRTEZ; RAFAEL PADILHA CALÁBRIA; CLARISSE MELLO MACHADO SCHLIECKMANN; CARAVELAS FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, BTG PACTUAL MULTI AÇÕES, COMSHELL BTG PACTUAL, MBPREV I MULTIMERCADO FI, BTG PACTUAL NE FIA PREVIDENCIÁRIO EXCLUSIVO, (p.p. Carolina Meira d'Araújo Martins); FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF (p.p. Carolina Rabelo de Souza); FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-PETROS (p.p. Rafael Leonardo de Almeida Costa).

Certifico que a presente é cópia fiel do original extraído em livro próprio.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015.

*Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes*

**Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes**  
Secretária da Mesa

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020154108537 - 18/11/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/11/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D3DE4BC16A72778B56C6F54DC3BC687669403CCE43F97F46951F59BBB9D2FAAE  
Arquivamento: 00002839514 - 19/11/2015



Oi S.A.  
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

4



**EXTRATO DO ITEM (5) DA ATA DA 117ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2016**

4335433

Na qualidade de secretário da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o **item (5)** da Ordem do Dia da Ata da 117ª Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. realizada em 18 de maio de 2016, às 9:30h, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

*"Por fim, passando ao **item (5)** da Ordem do Dia, em atendimento ao disposto no artigo 32, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Bayard Gontijo apresentou proposta de manutenção da Matriz de Alçadas da Diretoria da Companhia aprovada em 18 de setembro de 2015, uma vez que a mesma está em conformidade com as necessidades de gestão da Companhia. Os Conselheiros aprovaram a proposta por unanimidade."*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: José Mauro M. Carneiro da Cunha, Luiz Antonio do Souto Gonçalves, Ricardo Malavazi Martins, Thomas Reichenheim, Rafael Luís Mora Funes, André Cardoso de M. Navarro, Luís Maria Viana Palha da Silva, Marten Pieters, Robin Bienenstock.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2016.

  
**José Augusto da Gama Figueira**  
Secretário

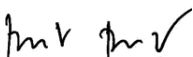
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA  
Nire: 33300295208

Protocolo: 0020162337086 - 17/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 20/06/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 87283CACCD781C6EA5E29E650A385B340B9142AA41CFF4C8FAF12F349D9F446F

Arquivamento: 00002916508 - 05/07/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



Oi S.A.  
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

89



**EXTRATO DO ITEM (1) DA ATA DA 115ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016**

4175387 Na qualidade de secretário da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o **item (1)** da Ordem do Dia da Ata da 115ª Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. realizada em 10 de maio de 2016, às 11h, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

"Relativamente ao **item (1)** da Ordem do Dia, os senhores conselheiros, por unanimidade, decidiram eleger: (i) como Diretor Presidente, o Sr. **Bayard De Paoli Gontijo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da identidade nº 08.484.929-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.693.697-28; (ii) como Diretor de Finanças e Relações com Investidores, o Sr. **Flavio Nicolay Guimarães**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 21.448.384-8 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 176.094.188-38; (iii) como Diretor Jurídico, o Sr. **Eurico de Jesus Teles Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97; e (iv) como Diretor, sem designação específica, para ocupar as funções de Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. **Marco Norci Schroeder**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 4427, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob o nº 407.239.410-68, todos com endereço comercial à Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro e com mandato de 2 anos, na forma do art. 35, §2º do Estatuto Social. Os diretores eleitos neste ato firmaram o respectivo Termo de Posse e Investidura, na presente data, e declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foram indicados."

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: José Mauro M. Carneiro da Cunha, Luiz Antonio do Souto Gonçalves, Ricardo Malavazi Martins, Thomas Reichenheim, Rafael Luís Mora Funes, André Cardoso de M. Navarro, Luís Maria Viana Palha da Silva, Marten Pieters, Robin Bienenstock e Pedro G. e Melo de Oliveira Guterres (Suplente).

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2016.

  
**José Augusto da Gama Figueira**  
Secretário

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA


Nire: 33300295208

Protocolo: 0020161981178 - 20/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: E31DAA48E64D1E65761BEC5F18AB118D35EC4AB4C9F40653451AA6AE81B70673

Arquivamento: 00002905809 - 02/06/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



64

**Oi S.A.**  
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA




**ATA DA 123ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2016**

4395343

**I. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Aos 10 (dez) dias do mês de junho de 2016, às 9h, por meio de conferência telefônica na forma do paragrafo 4º do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia. **II. CONVOCAÇÃO:** Realizada por mensagens individuais enviadas aos Conselheiros. **III. QUORUM E PRESENCAS:** Presente a maioria dos membros do Conselho, ao final assinados. **IV. MESA:** Presidente da Mesa: Sr. José Mauro M. Carneiro da Cunha; Secretário: Sr. José Augusto da Gama Figueira. **V. ORDEM DO DIA: (1)** Alteração na Diretoria Estatutária da Companhia. **VI. DELIBERAÇÕES:** Relativamente ao item unico da Ordem do Dia, foi registrado o recebimento, nesta data, da carta de renúncia do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Bayard De Paoli Gontijo, tendo os Senhores Conselheiros expressado o mais profundo agradecimento ao Sr. Bayard pela sua integral dedicação à Oi durante todos os 14 anos em que participou do seu quadro de colaboradores e especialmente durante seu mandato como Diretor Presidente, reconhecendo as contribuições e resultados significativos atingidos pela Oi em seu processo de transformação operacional. O Conselho deseja ao Sr. Bayard de Paoli Gontijo todo o sucesso em seus futuros desafios profissionais. Em seguida, os Srs. Conselheiros decidiram, por maioria, eleger dentre os membros da Diretoria Estatutária, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, o Sr. **MARCO NORCI SCHROEDER**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 4427, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob o nº 407.239.410-68, com endereço comercial à Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, em complementação do mandato, em conformidade com o disposto na Reunião deste Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2016, que deliberou a eleição da atual Diretoria. O Diretor eleito neste ato firma o respectivo Termo de Posse e Investidura, na presente data, e declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi indicado. Foi registrado o voto contrário da Conselheira Robin Bienenstock com relação à matéria deliberada. Ao final, os Conselheiros manifestaram seu reconhecimento em relação ao desempenho do Presidente do

**Oi S.A.**  
Ata da 123ª Reunião do Conselho de Administração  
Realizada em 10 de junho de 2016

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020162299478 - 15/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2E426923B8E4F5C8E6055BC3A1732936D19048B3F51EAD429DA90E9A18BB3B60  
Arquivamento: 00002920457 - 12/07/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



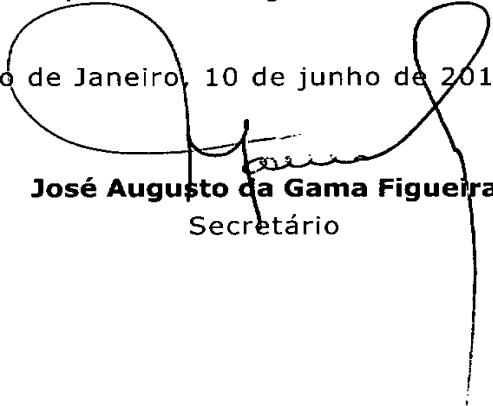


4395344

Conselho de Administração, Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha pela excelência que vem demonstrando na condução dos trabalhos, atuando sempre com serenidade, racionalidade e equilíbrio nas intervenções. **VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião, tendo sido lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes e pelo Secretário. (a.a) José Mauro M. Carneiro da Cunha - Presidente da Mesa; Luiz Antonio do Souto Gonçalves; Ricardo Malavazi Martins; Thomas Reichenheim; Rafael Luís Mora Funes; André Cardoso de M. Navarro; Luís Maria Viana Palha da Silva; João Manuel Pisco de Castro; e Robin Bienenstock.


A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2016.

  
**José Augusto da Gama Figueira**  
Secretário

**OI S.A.**

Ata da 123ª Reunião do Conselho de Administração  
Realizada em 10 de junho de 2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: OI SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020162299478 - 15/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2E426923B8E4F5C8E6055BC3A1732936D19048B3F51EAD429DA90E9A18BB3B60  
Arquivamento: 00002920457 - 12/07/2016



Oi S.A.  
CNPJ N.º 76.535.764/0001-43  
NIRE N.º 33.30029520-8

**TERMO DE POSSE E  
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

4395345


**Marco Norci Schroeder**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 4427, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob o nº 407.239.410-68, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A., realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente da Oi S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 76.535.764/0001-43 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara, em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução CVM 367/02, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (v) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (vi) não exerça função, ocupe cargo ou esteja em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2016.

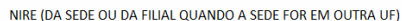
  
**Marco Norci Schroeder**

15. OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO CABEÇA	
Rua do Ouvidor, 89 - Centro (21) 3233-2600 RJ	
AUTENTICAÇÃO	
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.	
Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.	
Mat. 94-1260-CLÁUDIO JOSÉ DE BRITO - ESCRIVENTE	
Emolumentos	5,00
Fundo	1,81
Total	6,81
EBPL63807-AUR	
Consulte em <a href="https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico</a>	

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: Oi SA  
Nire: 33300295208  
Protocolo: 0020162299478 - 15/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 2E426923B8E4F5C8E6055BC3A1732936D19048B3F51EAD429DA90E9A18BB3B60  
Arquivamento: 00002920457 - 12/07/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

## Eventos

016

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTONIO MELKI JUNIOR, RONALD AMARAL SHARP JUNIOR E SERGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2017

  
Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2017/300372-9

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

3

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/300372-9 Data do protocolo: 11/10/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102129 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 381AD0601CC646DA3BFBB02E0059556CB15C584C3D59DC779C8FC4A871B609F2

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/3








**OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

**ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2017**

**I. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 02 (dois) de outubro de 2017, às 11hs, à Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar, Leblon, no Rio de Janeiro – RJ.

**II. PRESENCAS:** Presente a totalidade dos membros da Diretoria, a saber: os Srs. Marco Norci Schroeder, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão e Eurico de Jesus Teles Neto. Presente, ainda, o Sr. Arthur Jose Lavatori Correa, na qualidade de Secretário. 

**III. ORDEM DO DIA:** Renúncia do Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e designação de substituto.

**V. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, os Diretores indicaram o Sr. Arthur Jose Lavatori Correa para secretariar os trabalhos. Em seguida, tendo em vista o recebimento, nesta data, de carta de renúncia do Sr. Ricardo Malavazi Martins ao cargo de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia e aos demais cargos estatutários ocupados em empresas controladas e/ou participadas, os Diretores, após debates e na forma do art. 37 do Estatuto Social da Oi, decidiram designar o Diretor Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão para cumular as funções vagas de Diretor de Finanças e de Diretor de Relações com Investidores, até que o Conselho de Administração da Companhia delibere a respeito.

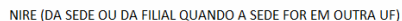
**V. APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, do que, para constar, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. (a.a.) Arthur Jose Lavatori Correa – Secretário da Mesa, Marco Norci Schroeder, Eurico de Jesus Teles Neto e Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão.

A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2017.

  
**Arthur Jose Lavatori Correa**  
Secretário





Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Nome

Código Ato

## Eventos

017

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, CLAUDIO DA CUNHA VALLE E VITOR HUGO FEITOSA GONCALVES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2017

  
Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2017/323249-3

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

11

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/323249-3 Data do protocolo: 10/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123939 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 370A717B128EE2CE7A06FD2120DD914F838C196E849DA73587BEDFDDE997B9C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/11





Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2017/323249-3

21/11/2017 - 16:30:50

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003106547 - 25/10/2017

NIRE: 33.3.0029520-8

OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

Órgão	Calculado	Pago
Junta	554,00	554,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102525226

Hash: 28E97A6E-CA67-46FF-A443-07F76F726830



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Local

Data

Representante legal da empresa

Nome:	JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Assinatura:	Despachante Documentalista
Telefone de contato:	CRDD/RJ nº 00256
E-mail:	96408 - 7478
Tipo de documento:	jpardal@luzpublicidade.com
Data de criação:	Híbrido
Data da 1ª entrada:	09/11/2017
	10/11/2017



00-2017/323249-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/323249-3 Data do protocolo: 10/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123939 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 370A717B128EE2CE7A06FD2120DD914F838C196E849DA73587BEDFDDE997B9C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/11





**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DA ATA DA 175ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 3 “*Avaliar o relacionamento entre Diretoria e Conselho durante a RJ e deliberar sobre eventuais aperfeiçoamentos na estrutura de governança para negociação de acordos com credores da Companhia*” da Ata da 175ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada no dia 03 de novembro de 2017, às 9:30h, na Praia de Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

*“Por fim, com relação ao item (3) da Ordem do Dia, o Conselheiro Luís Palha discorreu sobre a sua percepção acerca da necessidade de aprimorar a interação entre o Conselho de Administração e Diretoria. Após debates, o Conselho de Administração aprovou, por maioria, alteração na Diretoria Estatutária da Companhia, tendo eleito os Conselheiros **Hélio Calixto da Costa**, brasileiro, casado, jornalista, portador da identidade nº MG 2.973.351 expedida pela SSP/MG e do CPF/MF nº 047.629.916-00, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, com endereço à Rua José Ferreira Cascão 28, apto. 2700, Belvedere, Belo Horizonte, MG, e **João do Passo Vicente Ribeiro**, português, casado, economista, portador do passaporte português nº M738468, residente e domiciliado em Lisboa, Portugal, com endereço à Rua Maria Ulrich, 4, bloco 4, 4ªA, 1070-169, Lisboa, Portugal, para os cargos de **Diretores sem designação específica**, em complementação de mandato, nos termos estabelecidos na reunião do Conselho realizada em 10 de maio de 2016. Os Diretores ora eleitos cumularão suas novas funções com as atualmente exercidas no Conselho de Administração. Foi informado pelo Sr. Luís Palha que o Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração recomendou a aprovação desta proposta. Ficaram registradas as abstenções dos Srs. Hélio Calixto da Costa e João do Passo Vicente Ribeiro, bem como os votos contrários dos Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha, Marcos Duarte Santos e Ricardo Reisen de Pinho, tendo estes dois últimos apontado e questionado (a) a intempestividade e forma como o assunto foi colocado em pauta sem o devido cumprimento do regimento; (b) a intempestividade e forma como o Comitê de Gente, Nomeação e Remuneração, responsável por este tipo de análise e recomendação ao Conselho, avaliou a questão, inclusive sem identificar e registrar a proposta inicial; (c) a conveniência desta nomeação e eleição ser feita neste momento; e (d) o fato de os Diretores apontados manterem a sua posição de Conselheiros, criando assim um paradoxo na governança da*



*Companhia, onde estes mesmos diretores estariam submetidos à hierarquia do Diretor Presidente, mas seriam ao mesmo tempo superiores hierárquicos ao Diretor Presidente como Conselheiros. Os Srs. Hélio Calixto da Costa e João do Passo Vicente Ribeiro declararam não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foram indicados, e prestaram a declaração de que trata o §4º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76."*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente da Mesa), Luís Palha da Silva, André Cardoso de M. Navarro, Hélio Calixto da Costa, João do Passo Vicente Ribeiro, Thomas C. Reichenheim, João Manuel Pisco de Castro, Ricardo Reisen de Pinho, Marcos Duarte Santos, Demian Fiocca e José Manuel Melo da Silva (Suplente).

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2017.

  
Luciene Sherique Antaki  
Secretária



**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ N.º 76.535.764/0001-43  
NIRE N.º 33.30029520-8

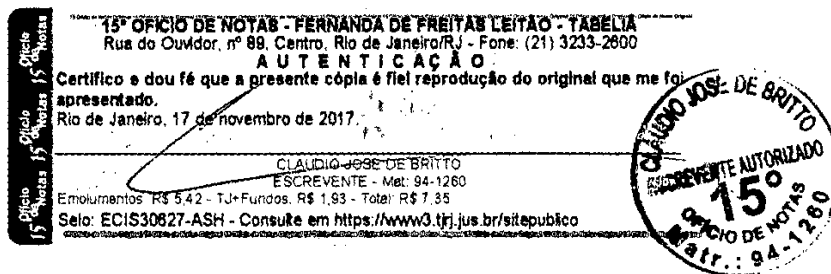
**TERMO DE POSSE E  
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **João do Passo Vicente Ribeiro**, português, casado, economista, portador do passaporte português nº M738468, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro Cep 22250-040, eleito na Reunião do Conselho de Administração da OI S.A. – Em Recuperação Judicial realizada em 03 de novembro de 2017 para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 76.535.764/0001-43 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara, em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/02, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (v) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (vi) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção.

**A eficácia da posse e o exercício das funções do Diretor ficam condicionados à obtenção do visto de trabalho permanente no Brasil.**

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2017.

  
**João do Passo Vicente Ribeiro**



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/323249-3 Data do protocolo: 10/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123939 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 370A717B128EE2CE7A06FD2120DD914F838C196E849DA73587BEDFDDE997B9C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/11





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

21 JAN 2016 1120593

ARQUIVADA CÔPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**PROCURAÇÃO**

**JOÃO DO PASSO VICENTE RIBEIRO**, português, casado, economista, portador do passaporte português de n.º M738468, com endereço comercial na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17, piso 7, CEP: 1070-313, Lisboa, Portugal (doravante referido como "Outorgante"), eleito em 01 de setembro de 2015 pela Assembleia Geral de Acionistas da **Oi S.A.**, sociedade anônima de capital aberto devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), para ocupar o cargo de membro suplente do conselho de administração da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem, pelo presente instrumento particular, de forma a suprir o requisito previsto no art. 146, §2º, da Lei Federal Brasileira nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e em cumprimento ao art. 28 do Estatuto Social da Companhia aprovado também na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 01 de setembro de 2015, nomear e constituir, como seus representantes no Brasil, **GABRIEL SOLLERO FIGUEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº MG-10.316.125, expedida pela SSP/MG e da OAB/SP nº 310.303, inscrito no CPF/MF sob o nº 800.673.956-00 e **CAROLINA RESTREPO SARMIENTO FIGUEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 20.903.424-8, expedido pelo DIC/RJ e da OAB/SP nº 325.043, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com endereço na Alameda Jauaperi, nº 1.317, 2º andar, Moema, com poderes específicos para receber, individualmente, e em nome do Outorgante, quaisquer citações em ações que venham a ser contra ele propostas, com base na lei societária. O presente instrumento será válido a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de três (3) anos após o término do prazo de gestão do Outorgante como membro do Conselho de Administração da Companhia.

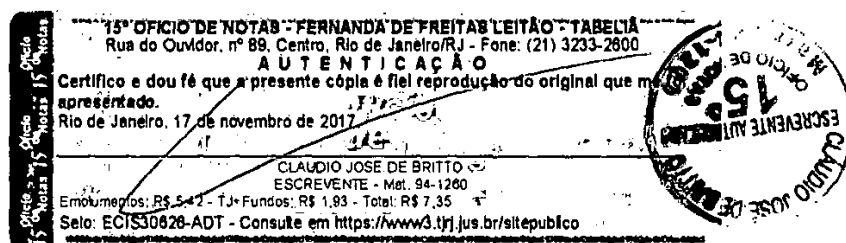
Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2015

JOÃO DO PASSO VICENTE RIBEIRO

15. OFÍCIO DE NOTAS: FERNANDA DE FREITAS LIMA - TABELA 1  
Rua do Ovidir, 89, Centro (021) 3233-2600-04, 17 de Setembro de 2015  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de  
MAD DO PASSO VENTURE RIBEIRO.  
RUBRICADO: 02 PINDEPERU, 022, SET-09, JUNAPEN: 0,12, CMC 2961-4-55  
f. - Vargem Grande  
EBO24189-IGI Consulte em: <https://www3.sju.us.br/sigloind>

EBEO24189-IGI Consulta em: <https://www3.tjrn.jus.br/sistema>

[illegible]



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/323249-3 Data do protocolo: 10/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123939 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 370A717B128EE2CE7A06FD2120DD914F838C196E849DA73587BEDFDDE997B9C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/11





Livro nº 3655

Fls nº 076

Ato nº 047

**P R O C U R A Ç Ã O**, bastante que faz.  
na forma abaixo:-----

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), neste 15º Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro, situado na Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Tabelião Fernanda de Freitas Leitão, perante mim, Bianca Russomano Lisboa, escrevente, matrícula 94.10437 da Corregedoria Geral de Justiça, compareceu como **OUTORGANTE: OI S.A.** "em recuperação Judicial" (nova denominação social da Brasil Telecom S.A. e sucessora por incorporação da Tele Norte Leste Participações S.A. e Coari Participações S.A.), sociedade anônima com sede em Rua do Lavradio 71 - 2º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.230-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores, **MARCO NORCI SCHROEDER**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 4427, expedida pelo Conselho Regional de Economia em 31/05/1988, inscrito no CPF sob o nº 407.239.410-68, e **RICARDO MALAVAZI MARTINS**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 9.139.269-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.620.858-4, ambos com endereço comercial nesta Cidade, na Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. Os presentes foram identificados por mim, conforme documentos apresentados e declarações prestadas, devendo deste mandato ser enviada nota ao 5º Ofício de Distribuição, e pela forma solene do presente instrumento público nomeia e constitui seus procuradores: **1) Eurico de Jesus Teles Neto**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 121.935, expedida em 02/12/2003 e inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; **2) Daniella Geszikter Ventura**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 120.675 emitida em 19/02/2009, e no inscrita no CPF/MF sob o nº 078.092.467-39; **3) Priscila Castello Branco de Oliveira Salomão**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 121.334 emitida em 25.05.2011 (2ª via) e no CPF/MF sob o nº 084.739.057-84; **4) Luciana de Assis Serra Alves**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 144.236 emitida em 22/05/2009, e inscrita no CPF/MF sob o nº 102.887.177-59; **5) Miryam do Nascimento Barandier**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ nº 150.557, expedida em 23/04/2008, e inscrita no CPF sob o nº 090.847.197-19; **6) Juliana Telles**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 102.453, expedida em 13/02/2003 e inscrita no CPF/MF sob o nº 073.932.127-73; **7) Leandro Diogo Luz**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 138.012, expedida em 19/02/2009 e CPF/MF sob o nº 098.769.387-54; **8) Priscila Maria Faria Neves Capper**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 145.027, expedida em 10/11/2015 e inscrita no CPF/MF sob o nº 098.143.527-05; **9) Maria Amélia Jardim de Mattos Araujo de**

576132

e inscrita no CPF/MF sob o nº 041.491.393-00 e 10) **Andressa Leandro Siqueira**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ nº 186800, e inscrita no CPF sob o nº 054.213.797-60, todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, nº 425, Leblon, Rio de Janeiro/RJ: aos quais são conferidos os poderes das cláusulas “ad judícia” e “ad judícia et extra” para representar a Outorgante no foro em geral, em qualquer instância ou tribunal, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil e do Artigo 5º da Lei 8.906 de 04 de julho de 1994, incluindo os poderes especiais para transigir, acordar, desistir, propor ação rescisória, renunciar ao direito em que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar termos de compromissos, firmar Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, receber citações, intimações e notificações, receber guias de retirada/ou Alvará para levantamento de valores depositados em contas vinculadas a processos judiciais, anexar e retirar documentos e representar a Outorgante, indicar bens à penhora, assinar qualquer termo de penhora e caução, assim como aceitar encargo de depositário fiel em qualquer execução, ação cautelar, ação ordinária, mandado de segurança e demais ações judiciais, promovendo a defesa de seus interesses perante quaisquer Juízos e Tribunais Judiciais, Cíveis, Criminais, Tributários, de Contribuições Previdenciárias, Sociais, Parafiscais, ou trabalhistas, instancias administrativas, repartições públicas Federais, Estaduais, e Municipais, Instituições da Previdência Social (INSS), Repartições policiais e/ou fiscais, departamentos regionais de Registros Comerciais, Juntas Comerciais e Instituto nacional de Propriedade Industrial (INPI), podendo efetuar registros e pagamentos, dar entrada e retirada em documentos, podendo, enfim, praticar todos os atos úteis e/ou necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, sendo também conferidos aos 4 (quatro) primeiros Outorgados os poderes para substabelecer com reservas, bem como nomear preposto. Todos os documentos assinados pelos procuradores constituídos na forma deste instrumento obedecerão aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Sociedade. Os procuradores ora constituídos, devem, durante a consecução do presente mandato, conduzir seus atos de forma ética e em conformidade com os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, em especial o Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq. - (“FCPA”) dos Estados Unidos da América do Norte e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e sua respectiva regulamentação (“Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção. Na execução deste mandato, os procuradores não estão autorizados pela Outorgante a dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção pelos procuradores, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada

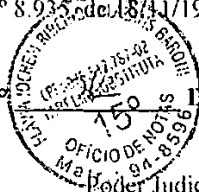




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

cabíveis contra os procuradores que descumpram o referido preceito de anticorrupção. O presente instrumento de procuração terá validade de 01 ano, exceto em relação aos poderes "ad judicium", "ad judicium et extra" e poderes para representar a outorgante em processos administrativos, que terão prazo máximo de validade indeterminada ou até a data de rescisão do contrato de trabalho dos outorgantes, o que ocorrer primeiro. Este ato revoga e substitui todo e qualquer outro anteriormente outorgado com a mesma finalidade, mesmo que ainda em vigor. Ficam ratificados os atos já praticados sob a vigência e em conformidade com os instrumentos ora revogados, permanecendo válidos, para todos os fins de direitos, os substabelecimentos outorgados, até a presente data, pelos procuradores neles constituídos. (lavrada sob minuta). Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, item II, letra "b" no valor de R\$223,09, comunicação para o CENSEC no valor de R\$10,94, comunicação para o distribuidor no valor de R\$10,94, arquivamento no valor de R\$9,44, acrescidas dos 20% para o FETJ (Lei nº 3217/99 de 27.05.99), no valor de R\$50,88, acrescidas, de 5% para o FUNDPERJ (Ato 04/2006), no valor de R\$12,72, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei 111/2006), no valor de R\$12,72, acrescidas, de 5% ISS para o Lei 7128/2015, no valor de R\$12,72, acrescidas de 4% para o FUNARPEN (Lei 6281/2012), no valor de R\$10,17, acrescida de 2% para a PMCMV (Atos gratuitos - Lei Estadual 6370/12) no valor de R\$4,46, que serão recolhidos no Banco Bradesco S.A. na forma determinada pela Corregedoria Geral de Justiça, as contribuições previstas nas Leis nºs 3761/2002, no valor de R\$13,28 e 590/82, no valor de R\$0,26, mais a distribuição no valor de R\$35,21, que serão recolhidos nos prazos e formas da Lei. Certifico que a qualificação do(a)s procurador(a)(es) e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelo(a)s outorgante(s), o(a)s qual(is) se responsabiliza(m) civil e criminalmente por sua veracidade. DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR. Eu, Bianca Russomano Lisboa, escrevente, lavrei, e li o presente ato ao(s) Outorgante(s), que dispensa(m) a apresentação das testemunhas, e colho a(s) assinatura(s). (a.a) MARCO NORCI SCHROEDER - RICARDO MALAVAZI MARTINS. TRASLADADA nesta mesma data por mim que a digitei e conferi. rk (Tabeliã Substituta) através de sistema de computação, conforme Artigo 41, da Lei nº 8.936 de 18/11/1994 a digitei e conferi, subscrevo e assino.

EM TESTE DA VERDADE.



Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

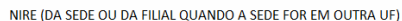
Selo de Fiscalização Eletrônico

EBUB44724-PCD

Consulte a validade do selo em:

576133





Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Nome

Código Ato

## Eventos

016

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR DAMARIS AMARAL DA SILVA, EDIR GONCALVES RAMOS E NATAN SCHIPER SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2017

  
Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2017/335771-7

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

3

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/335771-7 Data do protocolo: 29/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 01/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123369 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E016128B637946541CB6249DE6B2A131D9BE90EA2614450BB9517868555D7287

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/3





Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

00-2017/335771-7

29/11/2017 - 16:08:08

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003106547 - 25/10/2017

NIRE: 33.3.0029520-8

OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

Órgão	Calculado	Pago
Junta	554,00	554,00
DREI	21,00	21,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDI FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Boleto(s): 102540625

Hash: 2DA8A2B2-2F3B-482D-AF15-8EB53E24AD28



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
016	999	1	Ata de Reunião da Diretoria / Ata de Reunião da Diretoria
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

*[Handwritten signature]*

Local

29/11/2017

Data

Representante legal da empresa

Nome:	
Assinatura:	<i>[Handwritten signature]</i>
Telefone de contato:	
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	28/11/2017
Data da 1ª entrada:	

JOAO JOSÉ FURTADO AFONSO  
Despachante Documentalista  
CRDD/RJ nº 00256  
96408 - 7478  
jpardal@luzpublicidade.com



00-2017/335771-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/335771-7 Data do protocolo: 29/11/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 01/12/2017 SOB O NÚMERO 00003123369 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E016128B637946541CB6249DE6B2A131D9BE90EA2614450BB9517868555D7287

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/3



**OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

**ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2017**

**I. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2017, às 19h30, por áudio conferência.

**II. PRESENCAS:** Presente a totalidade dos membros da Diretoria, a saber: os Srs. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Eurico de Jesus Teles Neto, Helio Calixto da Costa e João do Passo Vicente Ribeiro. Participaram da reunião, ainda, o Sr. Arthur Jose Lavatori Correa (Diretor Jurídico Societário), na qualidade de Secretário, a Sra. Daniella Geszikter Ventura (Gerente Jurídico Societário e M&A) e, em atenção ao disposto no Acórdão nº 510/2017 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, representando a Agência, o Sr. Thiago Souza Prado e o Sr. Daniel Adamenas de Andrade.

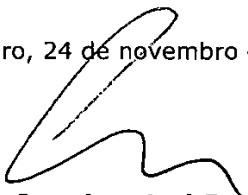
**III. ORDEM DO DIA:** Renúncia do Diretor Presidente e designação de substituto.

**IV. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, os Diretores indicaram o Sr. Arthur Jose Lavatori Correa para secretariar os trabalhos. Em seguida, tendo em vista o recebimento, nesta data, de carta de renúncia do Sr. Marco Norci Schroeder ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e aos demais cargos estatutários ocupados em empresas controladas e/ou participadas, os Diretores, após debates e na forma do art. 37 do Estatuto Social da Oi, decidiram designar o Diretor Jurídico Eurico Teles para cumular a função de Diretor Presidente, até que o Conselho de Administração da Companhia delibere a respeito.

**V. APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, do que, para constar, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. (a.a.) Arthur Jose Lavatori Correa – Secretário da Mesa, Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão. Helio Calixto da Costa e João do Passo Vicente Ribeiro.

A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

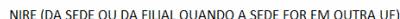
Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2017.



**Arthur Jose Lavatori Correa**  
Secretário







Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

## Eventos

017

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTONIO MIGUEL FERNANDES, IGOR EDELSTEIN DE OLIVEIRA E MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA SIMAO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2017

  
Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2017/339246-6

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

13

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2017/339246-6 Data do protocolo: 04/12/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/12/2017 SOB O NÚMERO 00003125601 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 10C44E0A5AA03007333ACDA663818FFD992E9AF348B055F24372A76C470A2AB0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/13





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

00-2017/339246-6

04/12/2017 - 15:44:38

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003123939 - 04/12/2017

NIRE: 33.3.0029520-8

OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

Órgão	Calculado	Pago
Junta	554,00	554,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102545014

Hash: 8125A9F9-7D14-4449-B074-584D55F2EB08



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Local

01/12/2017

Data

Representante legal da empresa

Nome:	JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Assinatura:	Despachante Documentalista
Telefone de contato:	CRDD/RJ nº 00256
E-mail:	96408 - 7478
Tipo de documento:	jpardal@luzpublicidade.com
Data de criação:	Híbrido
Data da 1ª entrada:	01/12/2017



00-2017/339246-6

**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA 179ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.**

**I. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2017, às 16:00h, por áudio e videoconferência.

**II. CONVOCAÇÃO:** Realizada por mensagens individuais enviadas aos Conselheiros.

**III. QUORUM E PRESENCAS:** Presente a totalidade dos membros do Conselho, ao final assinados. Na qualidade de representantes da Companhia, participaram os Srs. Eurico de Jesus Teles Neto, Luciene Sherique Antaki, Arthur Jose Lavatori Correa e Daniella Geszikter Ventura e, na qualidade de consultor, o Sr. José Augusto da Gama Figueira. Em atenção ao disposto no item d.1 do Acórdão nº 3/2017/CD da Agência, também participou da reunião o Sr. Abraão Balbino e Silva, Assessor da Superintendência de Competição da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

**IV. MESA:** Presidente da Mesa: Sr. José Mauro M. Carneiro da Cunha; e Secretária: Sra. Luciene Sherique Antaki.

**V. ORDEM DO DIA:** Alteração na Diretoria Estatutária da Companhia.

**VI. DELIBERAÇÕES:** Em relação ao **único item** da Ordem do Dia, foi consignado o recebimento pelo Presidente do Conselho, no dia 24 de novembro de 2017, da carta de renúncia do Sr. Marco Norci Schroeder ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, bem como a designação do Sr. Eurico de Jesus Teles Neto, para assumir interinamente a posição, em Reunião de Diretoria realizada na mesma data, na forma do art. 37 do Estatuto Social. Os membros do Conselho expressaram o agradecimento ao Sr. Marco Norci Schroeder pela sua integral dedicação durante seu mandato, reconhecendo as contribuições e resultados significativos atingidos ao longo da sua gestão, em particular na condução do processo de recuperação judicial da Companhia. Em seguida, os senhores conselheiros elegeram, por unanimidade, o **Sr. Eurico de Jesus Teles Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97, com endereço comercial à Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, na Cidade e


**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**Ata da 179ª Reunião do Conselho de Administração  
Realizada em 27 de novembro de 2017

Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 35, §2º do Estatuto Social da Companhia, para ocupar a posição de **Diretor Presidente**, em complementação de mandato, nos termos estabelecidos na reunião do Conselho realizada em 10 de maio de 2016, cumulativamente à posição de Diretor Jurídico que já ocupa. Os Conselheiros Marcos Duarte Santos e Ricardo Reisen de Pinho apresentaram manifestação em separado, que fica anexa à presente ata. O Diretor Presidente ora eleito, Sr. Eurico Teles, firma nesta data o respectivo Termo de Posse e declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi indicado, prestando a declaração de que trata o §4º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

**VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pela totalidade dos membros presentes do Conselho de Administração e pelos componentes da mesa. (a.a) José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente da Mesa), Luís Palha da Silva, André Cardoso de M. Navarro, Hélio Calixto da Costa, João do Passo Vicente Ribeiro, Demian Fiocca, Thomas C. Reichenheim, João Manuel Pisco de Castro, Ricardo Reisen de Pinho, Marcos Duarte Santos e Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão.

A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2017.

  
**Luciene Sherique Antaki**  
 Secretária

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
 Ata da 179ª Reunião do Conselho de Administração  
 Realizada em 27 de novembro de 2017

**MANIFESTAÇÃO APRESENTADA PELOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO RICARDO REISEN DE PINHO E MARCOS DUARTE SANTOS, NA REUNIÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA OI S.A. ("COMPANHIA" ou "OI")**

Os conselheiros Ricardo Reisen e Marcos Duarte Santos registram, no seu melhor julgamento e com as informações que lhes foram disponibilizadas e prestadas até a presente data, os seguintes fatos e entendimentos com relação as discussões ocorridas na reunião, eventos recentes envolvendo a administração da Companhia, e a capacidade do Conselho de Administração ("CA") de atuar dentro dos melhores princípios de governança corporativa:

1. Os signatários reiteram o seu entendimento que embora a Companhia ainda sinta os reflexos da crise econômica e do avanço da concorrência, além dos problemas decorrentes do processo de recuperação judicial, os resultados operacionais e financeiros apresentados pela atual Diretoria até a presente data demonstram diligência e eficiência. Frente a continuada perda de receita e restrições orçamentárias para um maior investimento, a Companhia tem obtido expressiva redução de custos, sem que isto implique em perda de qualidade dos seus serviços e produtos, apresentando assim performance operacional consistente com o cenário adverso ora em curso.
2. Os signatários ressaltam que a Diretoria, suportada por assessores externos diversos, tem também endereçado os principais pontos de negociação com acionistas e credores, buscando assim soluções para o encaminhamento de um plano para sua recuperação judicial ("RJ"), no melhor interesse da Companhia. À despeito de pressões diversas, a Diretoria tem explorado e mantido em aberto diversas possibilidades de negociação, e recebido, em várias ocasiões, manifestações de reconhecimento e suporte do poder concedente e/ou regulatório, entre outros.
3. Nesse sentido, a Diretoria, no melhor julgamento dos signatários e com as informações disponíveis e conhecidas, sempre exerceu suas responsabilidades agindo no interesse da Companhia, pautada no cumprimento dos fins sociais estipulados no seu Estatuto e satisfazendo as obrigações do bem público, conforme estipulado no artigo 154 da Lei das S.A.. Adicionalmente, a Diretoria sempre manteve o CA devidamente informado de forma equânime, manifestando-se de forma independente, sem levar em conta quem eventualmente os possa ter indicado para cargos ou posições;
4. Entretanto, apesar deste encaminhamento diligente, os signatários tem registrado reiterados alertas quanto a sustentabilidade da Companhia na atual situação de impasse negocial no âmbito da sua RJ. Desde o 1º trimestre de 2017, os resultados da Companhia demonstram uma retração em segmentos comerciais importantes como corporativo e empresarial, dada a incerteza à continuidade dos seus negócios; uma perda de competitividade em produtos ou serviços que usam tecnologias mais avançadas tal como 4G; e a falta de investimentos em áreas que requerem elevado CAPEX como infraestrutura de banda larga. O resultado do 3º trimestre, embora apresentando lucro, reforçou esta tendência frente as incertezas que ainda persistem;

5. Os signatários observam que no âmbito da sua RJ, mais do que a magnitude dos créditos e complexidade dos diferentes instrumentos financeiros envolvidos, as diferentes percepções individuais por parte de acionistas e credores sobre qual a melhor estrutura de capital, limites e formas de negociação, instrumentos a serem utilizados, valores de troca, riscos jurídicos e fiscais passíveis de serem assumidos, entre outras questões, que espelham interesses, estratégias e táticas diversas, foram, e ainda são, o principal obstáculo e empecilho para que as negociações entre acionistas e credores transcorram de maneira equilibrada e em tempo e, fundamentalmente, em prol do melhor interesse da Companhia;
6. Desta maneira, diferentes grupos têm exercido sistematicamente formas de pressão variadas, através do vazamento de informações confidenciais, introdução de notícias inverídicas, factoides ou a simples distorção de fatos na mídia, pouco contribuindo assim para a resolução de problemas. Novas tensões ou problemas são criados sem antes endereçar adequadamente os anteriores. Neste ponto, a mídia é pródiga de exemplos, não havendo necessidade dos signatários os listarem aqui. Não foram poucas as vezes onde informações restritas estavam sendo veiculadas antes do término de reuniões do CA, ou planos alternativos, que não passavam de cartas de intenção sem nenhuma consistência, eram apresentados como uma solução possível;
7. Ao assumirem este tipo de postura em vários momentos cruciais da negociação da RJ, grupos de interesse estavam, no melhor entendimento dos signatários, por ação ou mesmo omissão, mais preocupados e focados em desenvolver estratégias que fizessem prevalecer os seus próprios pontos de vista, do que apresentar conceitos e ideias concretas que pudessem ser debatidas e comparadas de forma ampla e aberta pelos diversos órgãos de governança da Companhia, contribuindo assim para a convergência de soluções para a RJ;
8. A título exemplificativo, a proposta ora conhecida como plano G6 em referência a um grupo de *bondholders* denominado G6 ("G6"), embora inovadora e meritória na sua concepção, ao propor aumento de capital por parte de *bondholders* e acionistas, além de conversão de dívida antiga, parte em ações e parte em novos instrumentos financeiros com prazos e taxas mais compatíveis com fluxo de caixa projetado da Companhia, foi eventualmente maculada ao terem sido criadas expectativas junto ao G6 por parte de acionistas que iniciaram estas tratativas antes e/ou em paralelo a Diretoria. Estrutura de *fees* a serem pagos, condições precedentes para os aumentos de capital ocorrerem, bem como percentuais de diluição e capacidade de arregimentação de outros *bondholders* para a aprovação do plano, foram alguns dos pontos onde a Diretoria encontrou forte resistência para negociar.
9. Os signatários registram que votaram de forma contrária a este plano, em consonância com a Diretoria, por verem riscos a sustentabilidade da Companhia com as condições apresentadas, notadamente com relação a seu fluxo de caixa. Os signatários ressaltam aqui que o plano aprovado por maioria do CA, sofreu também críticas de *stakeholders* tais como bancos públicos e privados, ANATEL, *bondholders* e agências de fomento;
10. Com relação as várias etapas de negociação com o G6, a Diretoria foi em várias ocasiões confrontada por uma maioria do CA a dar como encerradas as tratativas, tendo em vista as aprovações já feitas no âmbito do CA. Entretanto, como os registros das discussões, manifestações e apresentações demonstram,



vários pontos negociais ainda se encontravam em aberto, ou novas questões não antecipadas se apresentavam como decorrência de discussões de contratos, ou ainda existiam procedimentos operacionais não devidamente validados do ponto de vista legal ou fiscal, que impediam a implementação da operação prevista. Não endereçar estes pontos de forma adequada e diligente poderia trazer graves consequências à Companhia, seja pela não aprovação do plano na Assembleia Geral de Credores ("AGC"), o que levaria a Companhia à falência, ou, mesmo com sua eventual aprovação, seja em ônus financeiro expressivo por ter que arcar com *fees* devidos ao G6 que não necessariamente teriam a contrapartida de um aumento de capital nos prazos necessários;

11. Desta forma, além de buscar melhorias no plano G6, os signatários sempre foram partidários e incentivadores de que a Diretoria buscasse outros grupos de *bondholders* capazes de desenvolver modificações complementares ao plano existente, ou mesmo um plano alternativo, se no melhor interesse da Companhia. Os signatários reiteram que de nada adianta a Companhia ter um plano aprovado no CA por maioria, sendo devidamente protocolado e ajuizado, se não existirem condições adequadas a cooptação do número mínimo necessário de *bondholders* para a sua aprovação;
12. Os signatários registram assim, que outro grupo, aqui identificado como G5/Moellis ("G5/Moellis"), que detém capacidade de aprovação de um plano na AGC superior ao G6 em função do seu montante de créditos junto à Companhia, teve diversos contatos com a Diretoria. Entretanto, por um longo período, estas tratativas se mostraram infrutíferas, sendo caracterizadas de maneira geral por uma postura belicosa e litigante, através de cartas dirigidas a membros do Conselho ou da Diretoria, bem como uma série de ações legais em jurisdições diversas com o intuito de aprovar teses que no limite poderiam inviabilizar completamente a Companhia, trazendo assim prejuízos irreversíveis a todas as demais partes envolvidas que não os litigantes. Vale o registro de que na maioria das ocasiões, o ponto de vista jurídico da Companhia tem prevalecido. Importante mencionar o intenso trabalho desse grupo junto a *stakeholders* diversos, notadamente entes governamentais, na desconstrução do plano G6, mas sem apresentar alternativas até então viáveis;
13. Foi apenas às vésperas da apresentação e arquivamento do plano G6 que o grupo G5/Moellis assinou um *Non Disclosure Agreement* com a Companhia, o que permitiu maior acesso a dados e projeções financeiras, que discussões mais concretas e promissoras se iniciaram. Todavia, embora avanços substanciais tenham sido feitos, a proposta inicialmente apresentada pelo G5/Moellis na forma de um *term-sheet* não vinculante, e com significativos lapsos no seu entendimento de condições e garantias, não permitiu a sua aprovação. Os signatários registram também que o percentual proposto de diluição de acionistas, *vis-à-vis* as demais condições financeiras apresentadas, são potencialmente inaceitáveis pelos acionistas. Mister lembrar que embora a mídia de mais destaque a dois acionistas minoritários que hoje detém o poder político do CA, Pharol e Société Mondiale, a Companhia tem milhares de outros acionistas que seriam gravemente penalizados com uma diluição excessiva e sem contrapartida adequada;
14. Os signatários registram que o chamado "Grupo de Acompanhamento de RJ", corpo criado pelo CA no segundo semestre de 2016 sem o *status* de Comitê, e com a tarefa de apenas servir como *liaison* entre o CA e a Diretoria na

coordenação de reuniões e facilitação de contatos, notadamente entre acionistas que tinham posicionamentos antagônicos e conflitantes à época em diversos temas, foi questionado pelos signatários por este tentar influenciar ou encaminhar sugestões ou recomendações a Diretoria como se estas já tivessem sido deliberadas. A presença de conselheiros, que muitas vezes se confundiam com acionistas, em reuniões com credores e/ou assessores da Companhia também foram ponto de atenção;

15. Os signatários ressaltam que em função da inabilidade dos principais *stakeholders* chegarem a um consenso no tempo apropriado, representantes da ANATEL e do Ministério das Telecomunicações, entre outros órgãos governamentais, acenaram em diversas ocasiões com a possibilidade de uma intervenção ou da abertura de processo de caducidade, esta última medida trazendo um grave potencial de destruição de valor para todos;
16. Tendo em vista este descompasso entre as estratégias negociais de acionistas e grupos de *bondholders*, aliada a grande incerteza jurídica ligada ao tratamento a ser dado aos créditos registrados junto a ANATEL, a Companhia ainda se encontra em um impasse negocial que tem levado o Exmo. Juiz da 7ª Vara Empresarial a adiar sucessivamente a data da AGC. Os signatários registram que embora estes adiamentos sejam meritórios do ponto de vista negocial, ao permitir mais tempo para a busca de uma solução privada, eles também trazem maiores incertezas quanto aos resultados operacionais da Companhia, conforme aludido no item (4);
17. O cenário aqui exposto trouxe portanto, um crescente desgaste de relacionamento entre Diretoria e CA, que já conta com um histórico de renúncia de um CEO às vésperas da solicitação de RJ e de dois CFOs no curso da RJ, além da troca de diversos conselheiros em situações muitas vezes não suficientemente claras. Neste ambiente volátil, a Diretoria tem sido pressionada em diversas ocasiões para acelerar decisões em cima de cenários ainda indefinidos;
18. Este quadro de desconfiança e instabilidade na governança, tem exacerbado movimentos que os signatários observam com crescente preocupação, sendo o mais recente e questionável a nomeação e eleição, por parte da maioria do CA, de dois novos diretores, à revelia do Diretor-Presidente, principal responsável por conduzir os negócios da Companhia do ponto de vista executivo, em 3 de novembro de 2017;
19. Os signatários registram que foram inteiramente contrários a este processo pela sua intempestividade, falhas no processo regimental que instrumentalizou esta deliberação, e impropriedade de tal decisão, tendo divergido da decisão da maioria, e apresentado explicações junto a CVM. Importante ressaltar que em 6 de novembro de 2017, a ANATEL, parte observadora nas reuniões do CA, emitiu um Acórdão Cautelar, e a CVM enviou um Ofício à Companhia, ambos solicitando esclarecimentos sobre a matéria. O G5/Moellis, como parte interessada, também questionou a decisão e entrou com uma petição para investigar a licitude da nomeação. Coube ao Exmo. Juiz de Direito da 7ª Vara Empresarial se pronunciar em 17 de novembro de 2017, deliberando que estes diretores se abstenham de interferir em questões relacionadas à recuperação judicial, bem como à negociação e elaboração do plano de recuperação judicial da Companhia;

20. Embora a intenção desta restrição de atuação desses diretores tenha sido apagar ou minimizar possíveis conflitos de interesse decorrentes de uma situação atípica, onde o Diretor-Presidente tem como subordinados dois executivos, sem função definida e que não de sua confiança, ao mesmo tempo que eles também são conselheiros e assim superiores hierárquicos do Diretor-Presidente, mas com interesses inteiramente alinhados com acionistas e portanto, sem nenhum grau de independência, este objetivo não foi suficientemente alcançado. Os signatários registram que chegou a seu conhecimento o enorme desconforto da Diretoria com esta situação.
21. Este quadro é agravado com a decisão de Comitês de assessoramento ao CA, todos coordenados ou constituídos por membros que hoje compõem a maioria do CA, em recomendar a aprovação desses novos diretores para atuar em áreas estratégicas tais como Comunicações e Relações Institucionais, que até a presente data se reportam diretamente ao Diretor-Presidente. No entendimento dos signatários, estas decisões tem um potencial disruptivo e intervencionista do CA na Diretoria, ao contrário da propalada argumentação feita pela maioria do CA de que este movimento visa fortalecer o quadro executivo;
22. Ademais, com relação a reunião de 22 de novembro de 2017, os signatários colocam que conforme registrado em ata e manifestação em anexo, o item 4 da Ordem do Dia, "Status RJ: (i) avaliação da situação do PSA, à luz de manifestações da ANATEL e, se for o caso, deliberações sobre possíveis ajustes", foi colocado de forma também intempestiva e sem o devido encaminhamento para discussões, mas prontamente aprovada pela maioria do CA. Os signatários se abstiveram de votar estes ajustes por entenderem que os seus votos anteriores proferidos em 11 de outubro de 2017, contrários à aprovação do Plano G6 e assinatura do PSA com as condições apresentadas à época do seu arquivamento, permaneciam íntegros e válidos.
23. Fundamental frisar entretanto, que embora os ajustes sugeridos e aprovados pela maioria dos presentes tenham sido apenas pontos aditivos, acessórios ou periféricos a um documento chamado de *Plan Support Agreement* ("PSA"), não constituindo assim, em absoluto, em um novo Plano de Recuperação Judicial, houve uma clara intenção de se propagar pela mídia de que houve a aprovação por unanimidade, como se a abstenção qualificada não pudesse ser computada, de um novo plano com termos e condições que alteram substancialmente o anterior divulgado pela Companhia, o que não coaduna com os fatos conhecidos e registrados;
24. O fato descrito acima é apenas mais uma demonstração de movimentos recentes que ensejam a possibilidade de que uma maioria de conselheiros, diretamente alinhada à grupos de acionistas, tenha tomado decisões com eventual prévio conhecimento da matéria, em detrimento dos demais conselheiros, notadamente dos independentes signatários desta manifestação, impondo assim seus pontos de vista de forma açodada e intempestiva;
25. É digno de nota também evento ocorrido em 7 de novembro de 2017, onde o Sr. José Aurélio Valporto, membro da AIDMIN, enviou carta ao CA, com cópia as Diretorias de Auditoria Interna e de Relações Institucionais da Companhia, sobre uma reclamação à CVM versando sobre "escândalos de envolvimento do Diretor-Presidente da Companhia em esquemas criminosos", baseada tão somente em suposições e notícias veiculadas em jornais, algumas datando de vários anos e

sem base concreta ou factual. Posteriormente, foi demonstrado que esta carta e seus anexos, tinha sido preparada por um advogado de um escritório de advocacia com estreito relacionamento com um acionista com assentos no Conselho, o que ensejou grande desconforto e desconfianças sobre os verdadeiros autores da carta e sua real intenção;

26. Embora não haja nenhuma conexão com os fatos e eventos aqui relatados, importante também registrar que na reunião do CA de 22 de novembro de 2017, o Diretor-Presidente informou ter sofrido ameaças a sua integridade física por parte de terceiros ainda desconhecidos, adicionando assim um elemento adicional e pessoal a sua já tensa condição profissional;
27. Com relação a renúncia do Diretor Presidente, Sr. Marco Schroeder, conforme carta apresentada ao CA em 24 de novembro de 2017, os signatários entendem que embora a decisão de renúncia à qualquer cargo ou posição seja por princípio de foro pessoal, e que portanto, não existe a necessidade de ser explicitada, fatos diversos, mas potencialmente convergentes, como aqui descritos, podem ter contribuído de forma direta ou indireta para esta decisão;
28. No entender dos signatários, embora nenhum profissional seja insubstituível e a Diretoria disponha de profissionais capazes de dar a normalidade necessária ao seguimento do planejamento e atividades operacionais em curso no curto prazo, a decisão de renúncia traz instabilidade no curto prazo ao processo de negociação em curso, ao modelo de liderança vigente, e a própria moral da Companhia.
29. A solução ora encontrada de se indicar como Diretor-Presidente o Sr. Eurico Teles, atual diretor jurídico da Companhia, é adequada e os signatários a suportam integralmente tendo em vista a sua diligência, conhecimento, senioridade e, fundamentalmente, sua experiência em assuntos legais bem como a sua proximidade com a condução da RJ, maior desafio da Companhia no curto prazo, além de ter o suporte integral dos atuais executivos da Companhia diretamente envolvidos nas questões operacionais da Companhia e negociais relativas a RJ. Todavia, os signatários reconhecem que ao aceitar esta responsabilidade, a mesma traz no seu bojo um grande ônus pessoal, fruto do dever de lealdade do Sr. Eurico Teles para com a Companhia.;
30. No entendimento dos signatários, a Companhia está sendo forçada a alterar, de forma significativa, e não de forma espontânea e planejada, o seu *status-quo*, a sua estratégia de negociação, e o seu modelo de governança, em um cenário de expressiva volatilidade. Na opinião dos signatários, embora acertada e necessária, ela não é suficiente, e a Companhia ainda se encontra fragilizada para enfrentar os desafios à frente;
31. Os signatários apontam os seguintes fatores para tal análise:
- a. Crescente ingerência do CA nas atribuições da Diretoria, minando assim a autoridade do Diretor-Presidente, que é o principal artífice e líder da Companhia, responsável por galvanizar o apoio interno da sua equipe, de agir como uma ponte segura e confiável na interlocução e tratativas com órgãos governamentais, e de negociar de forma dura, mas independente e isenta, com os diversos *stakeholders* no âmbito da RJ;

- b. A presença de dois novos diretores desalinhados com o restante da atual Diretoria. Os mesmos tem uma situação funcional indefinida, dispõem de um histórico de sucesso pregresso nas suas áreas de atuação mas não necessariamente o suficiente para atuar na Companhia neste momento, notadamente porque as suas respectivas indicações não se deram de acordo com as melhores práticas de recrutamento de executivos, e que também, pela relação umbilical com os acionistas que os indicaram, não tem eventualmente a independência necessária e o dever de lealdade requerida para com o Diretor-Presidente e a Companhia. Vale frisar que um deles ainda não tem a sua situação laboral no país aprovada, o que faz a sua presença na Companhia ainda mais questionável;
- c. Que o CA já tem uma maioria monolítica consolidada, que também controla todos os comitês de assessoramento através de posições de coordenação ou maioria de membros, cabendo aos conselheiros independentes signatários, e eventualmente outros conselheiros tais como o Presidente do Conselho, Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, meramente registrar suas divergências quando cabível e necessário, não tendo portanto praticamente poder efetivo para alterar decisões, que claramente são tomadas previamente e em conjunto, por uma maioria que responde, diretamente e incondicionalmente, a acionistas definidos;
- d. Que as diferenças existentes quanto aos níveis adequados e equilibrados para desconto da dívida e diluição de acionistas, entre outros fatores, negociados por diferentes grupos de *stakeholders*, ainda se encontram distantes, dificultando assim a aprovação de qualquer plano, independente do grupo que o esteja propondo; e
- e. Que este quadro de incerteza à poucas semanas da primeira convocação da AGC, agendada para 7 de dezembro de 2017, deverá levar a um possível retraimento das negociações, diminuindo assim a chance das adesões necessárias e, conseqüentemente, de sucesso na aprovação do plano na AGC já nesta fase;

Frente ao exposto, os signatários repudiam novamente qualquer tentativa de grupos de interesse do CA, intimamente ligados a acionistas, de interferir de forma direta nas funções e decisões que estão no âmbito exclusivo da Diretoria. Como apontado, decisões recentes somente atendem uma parte dos *stakeholders*, alijando outros do tão necessário diálogo. Os signatários julgam recomendável, que no melhor interesse da Companhia, estas decisões possam ser suspensas ou canceladas, seja por vício de origem, seja porque claramente estão criando uma disfunção na estrutura de comando da Companhia em vez de fortalece-la.

Os signatários apontam ser crucial que grupos tais como G5/Moellis, alterem suas estratégias atuais e se posicionem de forma mais construtiva e em prol do melhor interesse da Companhia.

Os signatários ratificam os seus votos contrários ao plano G6, ora em discussão, tendo em vista que os ajustes propostos em 22 de novembro de 2017 e aprovados por maioria, ainda não são suficientes, no seu melhor julgamento, para atender as necessidades de longo prazo da Companhia, notadamente no que tange capacidade de investimentos e fluxo de caixa, que são impactados pela incerteza ainda vigentes

sobre os aumentos de capital propostos e percentuais de *fees*, entre vários outros pontos.

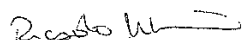
É fundamental que acionistas e credores compreendam que o que está em jogo no momento não são apenas os interesses, que reconhecemos legítimos e inerentes as suas respectivas posições, mas que entendemos menores neste momento frente ao dano incomensurável à Companhia e à sociedade que uma contínua, e eventualmente rápida, destruição de valor da Companhia em decorrência da persistência do impasse negocial, pode causar.

Os signatários alertam, que no seu melhor entendimento e com as informações e dados disponíveis, que ao persistirem neste curso, os diversos atores aqui mencionados, mas não apenas limitados a eles, podem estar agravando ainda mais o processo de desconstrução da governança da Companhia, ao criarem um ambiente de acelerada deterioração de expectativas, onde parte da administração, já combatida, e parte do Conselho, podem se julgar impotentes para alterar esta trajetória que ora se delinea, criando assim uma vácuo de liderança ainda maior e mais incerto.

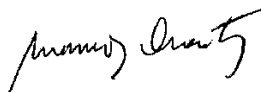
Por fim, é crítico que melhores práticas de governança possam ser restabelecidas na Companhia, com um reequilíbrio entre o poder econômico e político no Conselho, recomposição de comitês em termos de membros e funções, e redução do conflito de agência entre Conselho e Diretoria.

O tempo urge e não poupará os retardatários.

Atenciosamente



Ricardo Reisen de Pinho



Marcos Duarte Santos



**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
CNPJ N.º 76.535.764/0001-43  
NIRE N.º 33.30029520-8

**TERMO DE POSSE E  
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **Eurico de Jesus Teles Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial em reunião realizada nesta data para ocupar o cargo de **Diretor Presidente da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 76.535.764/0001-43 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara, em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/02, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (v) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (vi) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2017.

**Eurico de Jesus Teles Neto**





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

Eventos

017

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ALBERTO MACHADO SOARES, JORGE HUMBERTO MOREIRA SAMPAIO E PEDRO EUGENIO MOREIRA CONTI SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00003176367	76.535.764/0001-43	Rua DO LAVRADIO 71	Centro	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

Deferido em 05/04/2018 e arquivado em 05/04/2018

  
Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/068980-0

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

4

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

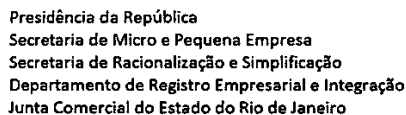
NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2018/068980-0 Data do protocolo: 04/04/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 05/04/2018 SOB O NÚMERO 00003176367 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD3357E1AE4877CBFFAD2580EDBC76F580D41C2C1C89019C2EA1FC38C5A4AB92

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/4



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

**33.3.0029520-8**

Tipo Jurídico

**Sociedade anônima**

### Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/068980-0

04/04/2018 - 16:12:26

## JUCERJA

**Último Arquivamento:**

00003163320 - 08/03/2018

**NIRE: 33.3.0029520-8**

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

**Boleto(s):** 102645153

**Hash:** 4A98E833-8135-4A3D-80CE-17109B191DE8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:


[illegible]

## Local

04/04/2018

## Data

**Representante legal da empresa**

Nome:		JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Assinatura:		Despachante Documentalista
Telefone de contato:		CRDD/RJ nº 00250
E-mail:		96408 - 7478
		jpardal@tuzpublicidade.com
Tipo de documento:	Híbrido	
Data de criação:	04/04/2018	
Data da 1ª entrada:		



00-2018/068980-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2018/068980-0 Data do protocolo: 04/04/2018

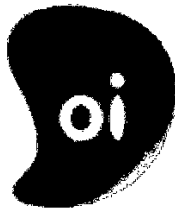
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 05/04/2018 SOB O NÚMERO 00003176367 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD3357E1AE4877CBFFAD2580EDBC76F580D41C2C1C89019C2EA1FC38C5A4AB92

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/4





**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DO ITEM (2) DA ATA DA 185ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018.**

Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 2 “*Reorganização da estrutura organizacional*” da Ata da 185ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada no dia 07 de março de 2018, às 10h, na Praia de Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

*“Passando ao item (2) da Ordem do Dia, o Sr. Eurico Teles cedeu a palavra ao Sr. Hélio Costa que comunicou ao Conselho seu pedido de desligamento do cargo de Diretor, sem designação específica, da Companhia, dadas dificuldades de foro íntimo referentes ao risco de conflito de ordem ética e moral que vem enfrentando para conciliar as atividades exercidas como Diretor e aquelas atinentes a sua posição como Conselheiro, em especial neste momento da Companhia. Desta forma, informou que optou unicamente pela posição que ocupa no Conselho. O colegiado entendeu e acatou o pedido de desligamento, agradecendo ao Sr. Hélio Costa pelos serviços prestados à Oi durante o período em que desempenhou a função de Diretor. Em seguida, o Sr. Alexandre Sena apresentou proposta de nova estrutura organizacional da Companhia, envolvendo (i) a confirmação do Sr. Carlos Augusto Brandão no cargo de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, que ocupa interinamente, (ii) a saída do Sr. João do Passo Vicente Ribeiro do cargo de Diretor, sem designação específica, e (iii) o enquadramento do futuro Chief Operational Officer (COO) como membro da Diretoria Estatutária da Companhia. Os Conselheiros passaram então a discutir o tema e aprovaram, por unanimidade, os itens (i) e (iii) da reorganização da estrutura organizacional apresentada pela Companhia, sendo que apenas com relação a aprovação do item (ii) apresentaram votos divergentes os conselheiros Srs. Luís Palha, Pedro Leitão e Hélio Costa. (...) Ao final, o Conselho consignou a nomeação, a partir desta data, do Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de*



*identidade nº 6832979, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.611.886-20, com endereço comercial à Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190, Rio de Janeiro (RJ), para ocupar o cargo de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, em complementação de mandato, em conformidade com o aprovado no item 1 da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2016. O Diretor eleito neste ato firmou o respectivo Termo de Posse e Investidura e declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer o cargo para o qual foi indicado.”*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente da Mesa), Ricardo Reisen de Pinho, Marcos Duarte Santos, Luís Palha da Silva, Hélio Calixto da Costa, Marcos Grodetzky, Marcos Bastos Rocha, Eleazar de Carvalho Filho e Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018.

  
**Luciene Sherique Antaki**  
Secretária



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR CORINTHO DE ARRUDA FALCAO FILHO, EDUARDO MARCELO UENO E MAURO TINOCO DE REZENDE FILHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00003188220	76.535.764/0001-43	Rua DO LAVRADIO 71	Centro	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

Deferido em 03/05/2018 e arquivado em 03/05/2018

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/080809-5

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

5

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2018/080809-5 Data do protocolo: 19/04/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/05/2018 SOB O NÚMERO 00003188220 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8FB025EB599A80483B071D2280B7C83B0FA6BB79FDE8F45D903015955E9CDD4A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/5





Oi S.A. – Em recuperação judicial

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DO ITEM (3) DA ATA DA 187ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018.**

Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 3 “*Alteração na Diretoria Estatutária*” da Ata da 187ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada no dia 21 de março de 2018, às 14:30h, na Praia de Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação:

*“Passando ao item (3) da Ordem do Dia, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, e eleição do Sr. Bernardo Kos Winik, abaixo qualificado, como Diretor Estatutário, com um mandato de 2 anos contados a partir desta data. Adicionalmente, conforme informado ao Conselho de Administração, dentre os candidatos constantes da lista triplíce apresentada pelo Conselho ao Diretor Presidente nos termos do item 9.1.1 (ii), (a) do Plano de Recuperação Judicial, o escolhido para ocupar a posição de Diretor de Operações da Companhia foi o Sr. José Claudio Moreira Gonçalves. O Conselho de Administração decidiu então ratificar a decisão tomada em reunião realizada no dia 07 de março de 2018 (enquadramento do futuro Diretor Operações como membro da Diretoria Estatutária da Companhia), elegendo, portanto, o Sr. José Claudio Moreira Gonçalves como Diretor Estatutário, também para um mandato de 2 anos contados a partir desta data. Os Conselheiros decidiram então registrar a composição consolidada da Diretoria Estatutária, que fica integrada pelos seguintes membros: (i) Como Diretor Presidente e, cumulativamente, como Diretor Jurídico, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97; (ii) Como Diretor de Finanças e Relações com Investidores, o Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº. 6832979, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.611.886-20; (iii) Como Diretor, sem designação específica, na função de Diretor de Operações, o Sr. José Cláudio Moreira Gonçalves, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº. 068859297, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; e (iv) Como Diretor, sem designação específica, na função de Diretor Comercial, o Sr. Bernardo Kos Winik, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2,*



*expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 105.112.858-76, todos com endereço comercial à Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro - RJ. Os novos Diretores estatutários - o Sr. Bernardo Kos Winik e o Sr. José Claudio Moreira Gonçalves - declararam não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foram indicados, e prestaram a declaração de que trata o §4º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. (...).".*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente da Mesa), Ricardo Reisen de Pinho, Marcos Duarte Santos, Eleazar de Carvalho Filho, Marcos Grodetzky e Marcos Bastos Rocha.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2018.

  
**Luciene Sherique Antaki**  
Secretária



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DA FCPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO  
RJ.01.91.22.42  
- 76.535.764.000.143

## 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) <b>OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL</b>	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>76.535.764/0001-43</b>
---	--

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

## 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME <b>CARLOS AUGUSTO MACHADO PEREIRA DE ALMEIDA BRANDAO</b>	CPF <b>987.611.886-20</b>
LOCAL	DATA <b>03/04/2018</b>

## 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

**Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 76.535.764/0001-43**

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/04/2018

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/impressao/ImprimePagin...> 03/04/2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2018/080809-5 Data do protocolo: 19/04/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/05/2018 SOB O NÚMERO 00003188220 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8FB025EB599A80483B071D2280B7C83B0FA6BB79FDE8F45D903015955E9CDD4A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 5/5

